



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

GISELLE CRISTINA SMANIOTTO

**A EXPRESSÃO VARIÁVEL DO IMPERATIVO NAS
HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: UMA ANÁLISE EM TEMPO
REAL**

Londrina
2005

GISELLE CRISTINA SMANIOTTO

**A EXPRESSÃO VARIÁVEL DO IMPERATIVO NAS
HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: UMA ANÁLISE EM TEMPO
REAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem como requisito parcial à obtenção do título de mestre pela Universidade Estadual de Londrina.

Orientadora: Prof^a Dr^a Sonia Maria Lazzarini Cyrino.

Londrina
2005

GISELLE CRISTINA SMANIOTTO

**A EXPRESSÃO VARIÁVEL DO IMPERATIVO NAS HISTÓRIAS EM
QUADRINHOS: UMA ANÁLISE EM TEMPO REAL**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Sonia Maria Lazzarini Cyrino
Orientadora

Prof^a Dr^a Odete Pereira da Silva Menon
UFPR

Prof^a Dr^a Vanderci de Andrade Aguilera
UEL

Londrina, 28 de março de 2005.

DEDICATÓRIA

A Deus, pela proteção e companhia
durante todas as horas...

AGRADECIMENTOS

À professora, orientadora e mestre Sonia Cyrino, por encaminhar-me na descoberta de novos conhecimentos.

Aos meus pais e irmãos pelo apoio e ajuda constante.

Ao Lyncoln, por seu incentivo e compreensão.

Aos meus filhos, Gustavo e Giullia, que estão crescendo junto com o meu crescimento.

Aos professores e colegas de Curso, pelo aprendizado conjunto e pelas valiosas trocas e desabafos.

À professora Odete P.da S. Menon, que tão gentilmente contribuiu com sugestões e críticas.

À professora Marta Scherre e aos colegas que nos atenderam via correio eletrônico e nos enviaram seus trabalhos.

À amiga Dircel que nos ajudou com tanto desprendimento.

À CAPES pelo incentivo financeiro tão necessário.

A todos que de uma forma ou outra contribuíram para a realização deste trabalho.

A DEUS, por tudo.

Aula de português

A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
de falar e de entender

A linguagem
na superfície estrelada das letras,
sabe lá o que ela quer dizer?

Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
e vai desmatando
o amazonas de minha ignorância.
Figuras de gramática, esquipáticas
atropelam-me, aturdem-me, seqüestram-me.

Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.

O português são dois: o outro, mistério.

Drummond

SMANIOTTO, Giselle Cristina. **A expressão variável do imperativo nas histórias em quadrinhos: uma análise em tempo real.** 2005. 112. f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar na linguagem escrita das histórias em quadrinhos a variação que permeia o modo imperativo. Variação que é percebida na fala espontânea formal e informal, namídia e, principalmente, nos textos dialogados. Assume-se neste estudo que esta variação corresponde à associação com os modos subjuntivo ou indicativo e não com a pessoa pronominal (*tu/vós*). Com o intento de verificar uma possível mudança em curso, são analisadas histórias em quadrinhos que correspondem ao período de pouco mais de meio século (de 1950 a 2003). O modelo teórico-metodológico adotado é o da Sociolinguística Laboviana e os dados recebem tratamento estatístico através do programa de regras variáveis VARBRUL. Os fatores lingüísticos considerados relevantes no condicionamento da forma variante indicativa são: o número da pessoa verbal, a polaridade da estrutura, a conjugação verbal, a presença/ausência de pronome complemento (tipo, posição e pessoa). O fator extralingüístico que considera as histórias traduzidas e as histórias nacionais também mostrou-se decisivo na freqüência de uso da forma indicativa. Nos dados totais observa-se uma percentagem de apenas 15% de uso da forma variante. Entretanto, analisando-se o aparecimento da forma indicativa década a década, comprova-se o crescimento desta, efetivamente, a partir da década de 80. Dessa forma, podemos concluir que a manifestação do modo imperativo está inserido num processo de mudança lingüística, na qual as formas indicativa e subjuntiva, no contexto estudado, lutam igualmente para expressar a modalidade imperativa. Vale ressaltar que esse fenômeno de variação não sofre qualquer estigma social, sendo as formas variantes aceitas sem preconceito lingüístico. Desse modo, seja na fala ou na escrita, o processo de mudança pode ser acelerado. Acredita-se que este estudo possa, juntamente com outros já realizados e a realizar-se, caracterizar o processo de variação do fenômeno em análise, confirmando-se daqui a algum tempo um avanço ou não em direção à mudança lingüística, sendo mais um passo rumo à descrição da linguagem em uso no Português Brasileiro atual.

Palavras-chave: Variação e mudança. Modo imperativo. Norma e uso lingüístico. Histórias em quadrinhos.

SMANIOTTO, Gisele Cristina. **The variable expression of imperative in comic books: an analysis in real time.** 2005. 112.f. Dissertation (Master's Degree in Language Study) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

ABSTRACT

This work is aimed at investigating the variation which permeates the imperative form in the written language in comic books. It is assumed in this study that this variation corresponds to the association with the subjunctive or indicative and not with the pronominal person (*tu/vós*). With the objective of verifying a possible change in this way, comic books which correspond to a period of more than half a century (from 1950 to 2003) are analysed. The theoretical – methodological model adopted is the Labovian Sociolinguistic and the data has received statistical treatment through the VARBRUL variable rules program. The linguistic factors considered relevant in the conditioning of the variant forms are: the number of the grammatical person, the structure of the polarity, the verbal conjugation, the presence/absence of the complement pronoun (type, position and person). The extralinguistic factor which considered the translated and national stories was also considered decisive in the frequency of the use of the indicative form. It is observed in the total data a percentage of only 15% of use of the variant form. However, if we analyse the appearance of the indicative form decade by decade, we can show its growth from the 80's on. This way, we can conclude that the manifestation of the imperative form is embedded in a linguistic changing process, in which the indicative and subjunctive forms, in the studied context, fight in an egalitarian way to express the imperative model. It is also remarkable that this variation phenomenon doesn't undergo any social stigma and the variant forms are accepted with no linguistic prejudice. This way, in the spoken or written language, the changing process may be accelerated. It is believed that this study may, with the others which were carried out and will be carried out, characterize the process of the phenomenon of variation in analysis, being one more step to the language description in use of the present Brazilian Portuguese.

Key words: Variation and changing. Imperative form. Norm and linguistic use, Comic books.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICO

Quadro 1 - Formação do modo imperativo.....	30
Quadro 2 - Pronomes pessoais antes do surgimento da forma <i> você</i>	35
Quadro 3 - Pronomes pessoais em uso	36
Quadro 4 – Variáveis mais significativas na produção da forma indicativa no decorrer do tempo	108
Quadro 5 - Levantamento dos verbos que se apresentaram na forma indicativa segundo a conjugação.....	131
Gráfico 1 - Evolução da forma indicativa na expressão do imperativo nas HQs	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição das ocorrências por tipo de texto e formas associadas ao imperativo	68
Tabela 2 - Frequência de uso do imperativo nas formas indicativa e Subjuntiva	84
Tabela 3 - Número de ocorrências por década e revistas consultadas	85
Tabela 4 - O uso da forma indicativa do imperativo em função do número da pessoa verbal	88
Tabela 5 – Frequência de uso da forma indicativa em função do número da pessoa verbal no decorrer do tempo	89
Tabela 6 - O uso da forma indicativa em função da polaridade da estrutura	91
Tabela 7 – Frequência de uso da forma indicativa em função da polaridade da estrutura no decorrer do tempo	93
Tabela 8 - O uso da forma indicativa do imperativo em função da conjugação Verbal	94
Tabela 9 – Frequência de uso da forma indicativa em função da conjugação verbal no decorrer do tempo	96
Tabela 10 - O uso da forma indicativa do imperativo em função da forma do pronome	98
Tabela 11 - Frequência de uso da forma indicativa do imperativo em função da forma do pronome no decorrer do tempo	102

Tabela 12 - O uso da forma indicativa em função da origem das histórias	105
Tabela 13 – Frequência de uso da forma indicativa em função da origem das histórias no decorrer do tempo	107
Tabela 14 - O uso da forma indicativa do imperativo em função do período de tempo.....	108
Tabela 15 - O uso da forma indicativa em função do paradigma verbal	112
Tabela 16 – Frequência de uso da forma indicativa em função do paradigma verbal no decorrer do tempo.....	113
Tabela 17 - O uso da forma indicativa em função da morfologia da forma verbal.....	113
Tabela 18 – Frequência de uso da forma indicativa em função da morfologia da forma verbal no decorrer do tempo	115
Tabela 19 - Condicionamento da forma precedente	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

GT – Gramática Tradicional

HQs – Histórias em quadrinhos

MG – Revista Margarida

MK – Revista Mickey

PD – Revista O Pato Donald

PT – Revista Pateta

VARBRUL – Programa de regras variáveis

VALPB – Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba

ZC – Revista Zé Carioca

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 CAPÍTULO 1 - “ENTRE O MOLDE E O VESTIDO PRONTO”: A DISTÂNCIA ENTRE A NORMA E O USO LINGÜÍSTICO	21
2.1. NORMA	22
2.2. FORMAÇÃO HISTÓRICA	25
2.3. MODO IMPERATIVO	26
2.4. O IMPERATIVO SEGUNDO A NORMA-PADRÃO	29
2.5. O SURGIMENTO DE <i>VOCÊ</i> E O IMPERATIVO	34
3 CAPÍTULO 2 - OS RUMOS DA EXPRESSÃO DO IMPERATIVO NO PB: RELATOS DE PESQUISAS	32
3.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A SENTENÇA IMPERATIVA NO PB – FARACO (1982, 1986)	40
3.2. NORMA E USO – O IMPERATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO – SCHERRE (1998, 2000, 2002, 2003)	42
3.3. O IMPERATIVO NO PB – MENON (1984)	48
3.4. PESQUISA SOBRE A FORMAÇÃO DO IMPERATIVO NO PB – FALA E ESCRITA – JESUS & OLIVEIRA (1995)	50
3.5. ESTUDO DA VARIAÇÃO DO MODO IMPERATIVO EM OBRAS DE JORGE AMADO – ABREU (2003)	52
3.6. MODO IMPERATIVO: SUA MANIFESTAÇÃO/EXPRESSÃO NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO – SAMPAIO (2001)	56
3.7. ASPECTOS DO USO DO IMPERATIVO NA LINGUAGEM ORAL DO PESSOENSE – ALVES (2001)	59
3.8. FORMAS VERBAIS IMPERATIVAS EM TIRAS DE JORNAIS PAULISTAS – BORGES (2004)	61

3.9. A EXPRESSÃO DO IMPERATIVO NA LINGUAGEM INFANTIL E NA ESCRITA DO SÉCULO XIX - SMANIOTTO (2003)	64
3.9.1. O uso do modo imperativo na fala de crianças em fase de aquisição da linguagem)	64
3.9.2. A expressão variável do imperativo em textos jornalísticos do século XIX	66
4 CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	73
4.1. VARIAÇÃO E MUDANÇA.....	74
4.2. METODOLOGIA DE ANÁLISE	76
4.3. CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	78
4.4. ESTABELECIMENTO DAS VARIÁVEIS	80
4.4.1. Variável dependente.....	80
4.4.2. Variáveis independentes	81
4.4.2.1. Variáveis lingüísticas	81
4.4.2.2. Variáveis extralingüísticas	82
5 CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DO IMPERATIVO EM TEMPO REAL	83
5.1. A VARIÁVEL DEPENDENTE	84
5.2. AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES.....	87
5.2.1. Número da 2ª pessoa verbal	87
5.2.2. Polaridade da estrutura	91
5.2.3. Conjugação verbal.....	94
5.2.4. Presença ou ausência de pronomes (tipo, posição e pessoa)	97
5.2.5. Origem das histórias.....	105
5.2.6. Período de tempo.....	107
5.3. VARIÁVEIS NÃO SELECIONADAS	110
5.3.1. Paradigma verbal	111
5.3.2. Morfologia da forma verbal.....	113
5.4. PARALELISMO FORMAL	115
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119

REFERÊNCIAS	126
ANEXOS	130
ANEXO 1: LEVANTAMENTO DOS VERBOS QUE SE APRESENTARAM NA FORMA INDICATIVA SEGUNDO A CONJUGAÇÃO	131
ANEXO 2: OS QUADRINHOS DISNEY NO BRASIL	132

INTRODUÇÃO



Extraído de Santos (2002)

1 INTRODUÇÃO

As línguas estão em constante, porém, lenta e gradual mudança. Basta observarmos as expressões de linguagem escrita e, principalmente, falada para atentarmos para formas que concorrem no Português Brasileiro (doravante PB). Neste trabalho analisaremos a expressão variável do modo imperativo na linguagem escrita, seja em sua forma indicativa ou subjuntiva. Vejamos alguns exemplos que chamam nossa atenção.

(1) *“Experimenta! Experimenta!”*

O slogan faz parte de uma das propagandas mais recentes da indústria cervejeira no Brasil e apresenta a forma imperativa distinta daquela apregoada pela Gramática Normativa, que prescreve o uso de “experimente” ao invés de “experimenta”, já que aquele concordaria com o pronome *você*, representante da segunda pessoa do discurso no PB atual.

Da mesma forma, essa variante também é observada na linguagem publicitária mais antiga, como em (2) e (3):

(2) *“Vem pra Caixa você também!”*

Propaganda bastante discutida e criticada pelos gramáticos por apresentar uma, suposta, mistura da forma verbal correspondente ao pronome *tu* (vem *tu* – forma imperativa) com o vocativo *você*. Se a forma “ *Venha pra Caixa você também!*” fosse usada haveria perda de ritmo e métrica.

(3) *“Põe na Consul!”*

Também são exemplos os *slogans* abaixo:

(4) “Faz¹ um 21!” (Embratel)

(5) “Refresca com Brahma, Brasil!” (Cervejaria Brahma)

(6) “Junta Brasil!” (Nestlé)

(7) “Vota Brasil!” (Governo Federal)

Os exemplos (5), (6) e (7) simulam diálogo pela presença do vocativo, o que vem licenciar o uso da forma indicativa em textos não dialogados sem a perda da conotação imperativa.

Gostaríamos de citar também a propaganda das sandálias *Dijean*, na campanha de 2004. Na mídia televisiva a atriz Aline Moraes fala: “Pega leve!”, enquanto no *outdoor* lemos “Pegue leve!”. Seria a forma indicativa característica da linguagem falada e a forma subjuntiva, por ser considerada a padrão, ainda predominante na escrita?

Como profissionais da linguagem, educadores do nível fundamental, percebemos a grande distância entre o que a gramática normativa prescreve e os usos reais da língua no PB. Logo nos questionamos o porquê de continuarmos “ensinando” regras gramaticais que vão de encontro à gramática internalizada que o falante usa cotidianamente. Poderíamos, ainda, elencar inúmeros exemplos presentes em letras de músicas e situações de diálogos; porém, já são estes suficientes para discutirmos a distância entre as manifestações lingüísticas atuais e a gramática normativa, teimosamente ensinada nas escolas, à revelia das mudanças constatadas.

Dessa forma, os exemplos acima citados e muitos outros, presentes na linguagem escrita e na fala, nos fazem refletir sobre o que estaria influenciando o uso de formas morfologicamente distintas das prescritas para o modo imperativo e

¹ Os verbos irregulares de 2ª conjugação *fazer* e *trazer* dificilmente apresentam-se na forma imperativa correspondente ao pronome *tu*: *faze* e *traze*. O imperativo desses verbos se apresenta nas formas subjuntivas *faça* e *traga* ou nas formas indicativas *faz* e *traz*.

sobre uma possível mudança em curso no que se refere à expressão do imperativo. Para tanto, investigaremos a linguagem escrita das histórias em quadrinhos a fim de testarmos algumas hipóteses:

- A expressão da 2^a pessoa no modo imperativo está relacionada aos modos indicativo e subjuntivo e não aos pronomes *tu* e *vós*, pois o primeiro é de uso muito restrito no PB e o segundo, praticamente, já se arcaizou;
- A frequência de uso da forma indicativa aumenta gradativamente tanto na fala como na escrita, delineando um processo de mudança em curso;
- Por ser nosso *corpus* de linguagem escrita, tendo como constituintes histórias traduzidas e histórias escritas por autores nacionais, supomos que haverá superioridade no uso da forma indicativa nas últimas, já que as primeiras estariam sofrendo um maior monitoramento da gramática normativa ao serem traduzidas.

A partir da leitura de outros trabalhos já realizados sobre a expressão do imperativo, optamos por analisar esse fenômeno ancorados no modelo teórico da Teoria da Variação Laboviana (Labov, 1972) numa perspectiva de análise em tempo real. Para tanto, nosso *corpus* está constituído por revistas de histórias em quadrinhos das décadas de 50, 60, 70, 80, 90 e de 2000 a 2003, sendo escolhidos aleatoriamente 10 exemplares de cada década. Por meio da análise da linguagem presente neste tipo de texto, estabelecemos como objetivos desta dissertação:

- Identificar na linguagem escrita escolhida (histórias em quadrinhos) as variantes indicativa e subjuntiva utilizadas na manifestação da 2^a pessoa no modo imperativo;
- Descrever as ocorrências de imperativo, identificando a frequência de uso da variante indicativa através do tempo;

- Observar a possibilidade de uma possível mudança em curso em tempo real e/ou uma variação estável na expressão desta modalidade verbal;
- Analisar que fatores lingüísticos e extralingüísticos estariam influenciando na produção de uma ou outra variante;
- Apresentar uma constatação parcial do uso do modo imperativo em linguagem escrita para fins de comparação com os demais estudos que analisam sua expressão na linguagem falada e na linguagem escrita em diferentes gêneros textuais.

Para tanto, nosso trabalho estará estruturado da seguinte maneira:

No primeiro capítulo – **Entre e o molde e o vestido pronto²: a distância entre a norma e uso lingüístico** - refletiremos sobre questões relacionadas à origem do imperativo, às normas que regem sua formação, aos problemas relativos às definições de modo e suas possíveis realizações no português do Brasil.

No capítulo dois – **Os rumos da expressão do imperativo no PB: relatos de pesquisas** - apresentaremos uma resenha de alguns dos principais estudos já realizados sobre a manifestação do imperativo no PB.

No capítulo três – **Metodologia** - descreveremos os procedimentos metodológicos adotados, bem como justificaremos a escolha do *corpus* e das variáveis lingüísticas e extralingüísticas que acreditamos estarem influenciando na expressão indicativa ou subjuntiva do imperativo.

O quarto capítulo - **Análise do imperativo em tempo real** – apresentará os resultados obtidos na análise dos dados estudados e os comparará aos demais estudos apresentados.

² Título apresentado por Marcos Bagno *in Português ou brasileiro? um convite à pesquisa*. 3.ed. São Paulo: Parábola, 2002. p.38.

Acreditamos ser este estudo importante para a caracterização do processo de variação do fenômeno em análise, confirmando-se ou não um avanço em direção à mudança lingüística, sendo este mais um passo rumo à descrição da linguagem em uso no português brasileiro atual.

CAPÍTULO 1

Entre o molde e o vestido pronto: a distância entre a norma e o uso lingüístico



Extraído de Santos (2002)

2 CAPÍTULO 1 - “ENTRE O MOLDE E O VESTIDO PRONTO”: A DISTÂNCIA ENTRE A NORMA E O USO LINGÜÍSTICO

2.1 NORMA

O título deste capítulo, tomado emprestado de Bagno (2002a), alude ao fato de que na expressão do imperativo, como em tantas outras realizações lingüísticas, há uma grande distância entre o que a norma prescreve e o que o indivíduo fala e/ou escreve. Antes, porém, de explicitarmos o que os torna tão diferentes façamos uma breve viagem pelo conceito de norma.

Coseriu (apud Mattos e Silva, 1996), em seu ensaio *Sistema, norma y habla*, diz que “a norma se impõe ao indivíduo, limitando suas possibilidades expressivas; é o sistema de realizações obrigatórias sociais e culturais de uma comunidade”.

Segundo Dubois (1973), norma é “um sistema de instruções que definem o que deve ser escolhido entre os usos de uma dada língua se se quiser conformar a um certo ideal estético ou sociocultural.”

As definições de norma encontradas admitem a existência de variedades lingüísticas, entretanto, uma única variante, que representa o uso da classe de prestígio sociocultural, é privilegiada.

Bagno (2002a) comenta sobre o problema de se pretender aplicar uma única norma em todas as situações de uso da linguagem. Para ele, o que os gramáticos tradicionalistas entendem por norma não passa de mero preconceito com as variedades utilizadas pelos indivíduos. Salaria que devemos diferenciar *norma culta* de *norma padrão*. A primeira, segundo o autor, é o “conjunto de usos

lingüísticos dos falantes cultos de um país, de uma região ou de uma cidade. (...) É uma língua que existe, que pode ser coletada empiricamente, analisada, estudada, descrita”. A norma padrão, conforme Bagno, “é um modelo de língua, um ideal de língua, um padrão de comportamento lingüístico que, supostamente, deveria ser seguido por todos os falantes do idioma...”. O autor continua comentando sobre a distância entre a norma culta, ou as variedades cultas no PB, e a norma padrão imposta pelas gramáticas normativas, e cita como exemplo as variantes utilizadas na expressão do imperativo em diferentes regiões do Brasil. Bagno (2002a) afirma que no Nordeste, representado pelas cidades de Recife e Salvador, onde o pronome *tu* é utilizado com maior frequência há predileção pela forma subjuntiva, enquanto na região Sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro, a situação se inverte, a forma indicativa é a mais utilizada, mesmo no contexto do pronome *você* como 2ª pessoa do discurso.

No livro *Lingüística da Norma*, organizado por Bagno (2002b), lemos textos de importantes lingüistas a respeito do tema *Norma*. Castilho (2002) refere-se a um conceito amplo, em que a norma é “entendida como um fator de coesão social”, e um conceito restrito que “corresponde aos usos e aspirações da classe social de prestígio”. Lembra, também, que a norma escrita diferencia-se da norma oral por ser esta mais inovadora e aquela mais conservadora.

Faraco (2002), em seu texto *Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós*, da obra acima citada, distingue *norma culta* de *norma-padrão*. A primeira designa a norma lingüística praticada pelos grupos sociais que estão diretamente relacionados com a cultura escrita e que é legitimada pelos grupos que detêm o poder social. A segunda, desencadeada pela associação da cultura escrita ao poder social, intenta por um processo unificador estabilizar a

expressão lingüística, buscando neutralizar a variação e controlar a mudança. O autor atribui à distância entre norma culta e o padrão artificial a atitude purista e normativista que se estabeleceu em nossa cultura, condenando qualquer uso que se afaste das regras gramaticais. Para Faraco, o modo pelo qual a norma-padrão é encarada no PB traz alguns problemas, dentre os quais: - a norma-padrão encontra-se isolada de seu contexto social, cultural e histórico; - a identificação do padrão com o conteúdo artificial e anacrônico dos compêndios gramaticais; - a atitude normativista que toma o padrão como homogêneo e estático, atribuindo aos falantes uma ignorância lingüística e um descaso pela língua; - a suposição de que o padrão é o conjunto certo de estruturas que deve ser fragmentado em listas de regras para se efetivar seu estudo.

O fenômeno variável, objeto de estudo deste trabalho, mereceu destaque no livro organizado por Bagno, já citado, no texto de Scherre (2002), *A norma do imperativo e o imperativo da norma*. Nele, a autora apresenta evidências de que temos tendência a rotular de erradas as formas que têm estreita relação com a classe social, embora as usemos consciente ou inconscientemente, como é o caso dos fenômenos de concordância. Sobre a expressão do imperativo, ela mostra que, juntamente com a norma prescrita pela GT (Gramática Tradicional), coexistem outras variantes, porém estas não são percebidas como “erros” e nem são estigmatizadas porque não distinguem grupos sociais, ou seja, as formas (indicativa ou subjuntiva) não são marcas de prestígio e nem são usadas como estereótipos do suposto mal falar.

Questionamos por que somente a norma-padrão é considerada correta e por que ela não revela a realidade lingüística vigente. Por que a escola

continua a reproduzir uma norma que está em desuso e a desprezar as variedades usadas pelo falante, mesmo que estas sejam perfeitamente compreensíveis?

Vejamos a seguir como se formou o imperativo português, formação esta adotada pela gramática normativa como norma-padrão, e quais são as variantes que coocorrem na expressão desse modo.

2.2 FORMAÇÃO HISTÓRICA

A palavra **imperativo** vem do latim *imperare* que significava comandar, mandar, ordenar, predominar, dominar, reger com autoridade suprema, etc. A definição dada ao modo imperativo pela maioria dos compêndios gramaticais diz que as formas verbais neste modo denotam a pessoa que fala fazendo um pedido, um convite, uma súplica, uma sugestão, dando uma ordem ou um conselho a uma segunda pessoa. Definição esta que passou do latim ao português.

No imperativo latino havia dois tempos: o imperativo presente e o imperativo futuro. O primeiro, usado para uma ordem ou pedido que deveria ser cumprido imediatamente, conservou-se no português. O segundo, usado quase que exclusivamente em textos de lei, contratos, disposições testamentárias e preceitos gerais, quando a execução deveria ser cumprida no futuro, que era raro já no latim clássico, como aponta Faria (1995:161), desapareceu na língua popular e não passou ao imperativo português.

O imperativo presente era apenas conjugado nas 2^{as} pessoas do singular e do plural (*tu* e *vós*), formado a partir de um tema extraído do presente do indicativo, retirando-se a desinência. Segundo Faria (1958), não havia um imperativo

negativo na origem do latim. As formas do imperativo afirmativo antepostas pela partícula de negação (geralmente *ne*) ou as formas do presente do subjuntivo precedidas de uma negação eram usadas para exprimir uma proibição.

Sobre o plural do imperativo, Maurer (1959) afirma que a 2ª pessoa do plural era pouquíssimo usada, chegando a desaparecer já no latim e sendo substituída pela forma indicativa correspondente. No Latim Vulgar, e com mais restrição no Latim Clássico, era encontrada a forma subjuntiva para o imperativo afirmativo de 2ª pessoa.

Notamos que a gramática normativa mantém a formação inicial do imperativo português a despeito das transformações ocorridas na expressão desse modo. Também é interessante observar que já nas origens ocorriam as formas indicativa e subjuntiva, conforme atestadas nas variantes do PB atual, na manifestação do imperativo.

Antes de explicitarmos como o modo imperativo é tratado pelos gramáticos normativos e por lingüistas, vejamos como este modo é definido.

2.3 MODO IMPERATIVO

O falante nem sempre usa a morfologia do modo imperativo para exprimir uma ordem, um desejo, uma exortação, etc., fazendo uso de frases nominais, interjeições, perífrases verbais e de outros modos, como o indicativo, para induzir o receptor à ação. Ou seja, a morfologia do imperativo não é imprescindível para manifestar a modalidade imperativa. Menon (1984:17) diz que, mesmo que em uma língua não exista o *modo imperativo*, há outros recursos (gestos, olhar,

sinal,etc.) que podem exprimir ordem ou proibição. Por isso, é importante conhecermos a definição de *modo* e de *modo imperativo* em Língua Portuguesa.

Câmara Jr. (1977), em seu *Dicionário de Lingüística e Gramática*, apresenta a seguinte definição para *modo*:

MODO – propriedade que tem a forma verbal de designar a nossa atitude psíquica em face do fato que exprimimos (...) Na Língua Portuguesa há 3 modos essenciais, como herança tradicional indo-européia: 1) indicativo, em que asseguramos o fato; subjuntivo, ou conjuntivo, em que enunciamos um fato com dúvida; imperativo, em que queremos que um fato se dê (...) Mas o modo indicativo ficou de tal sorte predominante, que interfere na área dos outros dois, cabendo a expressão da dúvida e da vontade a advérbios ou ao tipo e sentido de toda a construção frasal, ex.: (...) - *exijo a sua partida - proíbo-lhe partir – você parte amanhã de acordo com as minhas instruções – você parte amanhã inelutavelmente*. O subjuntivo, embora ligado à expressão da dúvida, é hoje em português uma servidão gramatical, só se usando em tipos especiais de frase. O imperativo, por sua vez, no Brasil, tem em regra uma conotação agressiva, ou pelo menos de superioridade impositiva, dando-se preferência, fora daí, a uma expressão indireta de vontade, com o indicativo. Por outro lado, os tempos verbais do indicativo são usados com valor modal e podem perder toda a expressão temporal em proveito desse valor. Neste caso, há: 1) uma oposição entre presente (para expressão de segurança) e futuro do presente (para a expressão da dúvida) (...);2) uma oposição entre presente (para expressão da realidade) e pretérito imperfeito (para expressão da irrealidade) (...); 3) uma oposição entre futuro do presente (expressão da possibilidade) e o futuro do pretérito (expressão da impossibilidade) (...) Por outro lado, o futuro do presente pode ter valor modal de imperativo; ex.: “*Honrarás pai e mãe*”. (...) (Câmara Jr., 1977:169)

Câmara Jr. (1977), na definição acima apresentada, já comenta o uso da forma indicativa com valor imperativo. Para ele e outros lingüistas, como Stravou (1973) e Boléo (1934), o uso do indicativo seria uma forma mais polida, realista e menos agressiva de se dar uma ordem. Perini (1996:259) também reconhece o uso das orações indicativas para expressar ordens e pedidos.

O uso da “*forma positiva diretamente negada*”, como denomina Faraco (1986) ao imperativo negativo formado pelas formas negadas do imperativo afirmativo, em relação à 2ª pessoa, é também observado por Boléo. Os dois autores concordam que o falante faz uso dessa estratégia com o intuito de criar formas mais expressivas e enérgicas para as proibições.

Cunha e Cintra (1985:436) concordam com Câmara Jr. ao definir *modo* como “a propriedade que tem o verbo de indicar atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia”; e ao enumerar como modos do PB o indicativo, o subjuntivo e o imperativo.

Mateus et al. (2003:245) afirmam que as modalidades têm estado ligadas, quase que exclusivamente, aos modos verbais e aos verbos modais, sendo categorias gramaticais que expressam a atitude do locutor tanto em relação ao conteúdo proposicional do seu enunciado, quanto em relação ao alocutário. As autoras consideram a existência das modalidades aléticas ou aristotélicas, epistêmicas e deônticas. O modo imperativo se especializou na expressão da modalidade deôntica, relacionada com a ordem.

Para Dubois (1973:415), o *modo* “é uma categoria gramatical, em geral associada ao verbo, e que traduz (1) o tipo de comunicação instituído pelo falante e seu interlocutor (estatuto da frase) ou (2) a atitude do falante com relação aos seus próprios enunciados. (...) Em português o modo da ordem e do desejo é o imperativo ou o subjuntivo (...)”.

IMPERATIVO – nome de um modo verbal, mórfica e significativamente distinto dos demais. Expressa exclusivamente a vontade do falante em relação ao comportamento do ouvinte. Pela sua própria definição, não se compadece com o tempo pretérito, e em português só tem formas de presente, que também se aplicam ao futuro. As formas verbais de imperativo, rigorosamente ditas, são apenas as de 2ª pessoa gramatical; mas como em português temos o tratamento indireto, com o verbo na 3ª pessoa, há formas imperativas correspondentes, no singular e no plural. Por outro lado, o falante pode associar-se à atitude que impõe a outrem, surgindo daí uma forma imperativa de 1ª pessoa do plural. Morficamente, entretanto, o imperativo se restringe às formas de 2ª pessoa, singular e plural. Para a sincronia, correspondem às do indicativo presente com a supressão do –s final; mas do ponto de vista histórico provêm das desinências do imperativo latino: cf. lat. *ama, amate* > port. *ama, amai* (indicativo presente português – *amas, amais*). As demais formas do imperativo são supridas pelo subjuntivo presente (...) O imperativo negativo (modificado pela partícula negativa), correspondente a proibições, também é morficamente suprido pelo subjuntivo presente (...) e constitui um vulgarismo usar neste caso para a 2ª pessoa as formas especiais do imperativo. Ao lado de suas formas específicas e das supletivas do subjuntivo presente, o imperativo pode ser expresso – a) pelo indicativo

futuro do presente (...), b) pelo infinitivo (...), mas com o infinitivo trata-se de um preceito para ser cumprido genericamente fora do esquema estrito falante-ouvinte. Na língua popular do Brasil, aparece no imperativo, por vulgarismo, a forma de 2ª pessoa no tratamento indireto de *você* (ex.: *apanha seus livros, filho!* – ou melhor, a interferência da forma indicativa, que mostra a ordem disfarçada em pedido; ex.: *Você me dá isso!*). (Câmara Jr., 1977:142-143)

Dubois assim define o modo imperativo:

1. O imperativo é um modo de expressão da vontade: súplica, pedido, conselho, sugestão, permissão, ordem, quando o tratamento é de 2ª pessoa, exprimem-se em português no imperativo. (...) As línguas clássicas tinham formas de imperativo de 2ª e 3ª pessoa, não só no indicativo presente mas também em outros sistemas: aoristo, perfeito médio (no grego), e futuro (no latim). As línguas modernas só têm imperativo nas 2ªs pessoas (em francês, também na 1ª do pl.); nas 3ªs, usam como supletivo o subjuntivo. As proibições exprimem-se em geral, com o subjuntivo, na 2ª e 3ª pessoa. O francês proíbe com o imperativo.
2. Em gramática gerativa, o imperativo é um tipo de frase (ou modalidade de frase), como a interrogação (frase interrogativa) e a asserção (frase enunciativa ou declarativa); é um constituinte da frase de base, que, compatível somente com um sujeito de 2ª pessoa (ou incluindo uma outra pessoa como *nós*), desencadeia uma transformação imperativa; esta, entre outras operações, pode apagar o pronome sujeito da frase, como se dá necessariamente em francês (...) Entretanto no português, o sujeito não é necessariamente omitido: *Vinde amanhã ou Vinde vós amanhã*.
3. *Função imperativa* é a designação que se dá à função *conativa* da língua, pela qual o emissor tende a impor ao destinatário um determinado comportamento. (Dubois, 1973:331-332)

Conhecidas as definições dadas ao modo imperativo, vejamos como as gramáticas normativas o descrevem, ou melhor, prescrevem o seu uso.

2.4 O IMPERATIVO SEGUNDO A NORMA-PADRÃO

O modo imperativo apregoado pela gramática normativa e, até hoje, presente nas aulas de Língua Portuguesa, reflete o uso do Português Europeu (doravante PE), o uso do PB de séculos anteriores e o uso parcial do PB contemporâneo (Scherre, 2003).

As gramáticas da Língua Portuguesa são unânimes em afirmar que o imperativo apresenta somente duas formas próprias de afirmação, para as 2^{as} pessoas do singular e do plural (*tu e vós*), advindas do presente do indicativo com o decréscimo do –s final. As demais formas provêm do presente do subjuntivo. As formas verbais neste modo denotam a pessoa que fala fazendo um pedido, um convite, uma súplica, uma sugestão, dando uma ordem ou um conselho. É comum encontrarmos quadros como o reproduzido abaixo para demonstrar a formação do modo imperativo no português.

Presente indicativo	do	Imperativo afirmativo	Presente subjuntivo	do	Imperativo negativo
Eu falo		Que eu fale	
Tu falas – falas -s		Fala tu	Que tu fales		Não fales tu
Ele fala		Fale você	Que ele (você) fale		Não fale você
Nós falamos		Falemos nós	Que nós falemos		Não falemos nós
Vós falais – falais -s		Falai vós	Que vós faleis		Não faleis vós
Eles falam		Falem vocês	Que eles (vocês) falem		Não falem vocês

Quadro 1- Formação do modo imperativo

Dentre as gramáticas consultadas (Infante, Faraco & Moura, Bechara, entre outros), Cunha e Cintra (1985) dedicam maior espaço à apresentação do modo imperativo. Os autores alertam para o fato de que no imperativo o indivíduo que fala se dirige a um interlocutor, admitindo assim as segundas pessoas do singular e do plural (*tu e vós*), as terceiras do singular e do plural quando o sujeito é expresso por pronomes de tratamento (*você, o senhor, Vossa Senhoria*) e a primeira pessoa do plural (*nós*) quando esta se inclui entre os outros a fim de cumprir a ordem, conselho ou súplica. Afirmam que tanto o imperativo afirmativo como o negativo são usados em orações absolutas, em orações principais ou em orações coordenadas. Apresentam como substitutos do imperativo as frases nominais (ex.: *Mãos ao alto!, Silêncio!, Fogo!*), interjeições (ex.: *Avante!*), certos tempos do indicativo (presente (ex.: *Você toma o remédio indicado.*),

futuro do presente simples (ex.: *Não matarás.*), futuro do pretérito (ex.: *Gostaria que fechasse a janela.*), o imperfeito do subjuntivo (ex.: *E se você se calasse!*), o infinitivo (ex.: *Sublinhar os verbos das frases.*), o gerúndio (ex.: *Andando!*), a perífrase formada pelo verbo *ir* no imperativo + verbo principal no infinitivo (ex.: *Não vá se afogar, moço.*), o presente ou o imperfeito do indicativo do verbo *querer* + verbo no infinitivo (ex.: *Quer levantar-se? , Queira fechar a janela?*), a subordinação do verbo denotador da ação a ser cumprida a outro que marca a vontade do locutor (ex.: *Quero que retornes ao colégio.; Ordeno-te que me respondas.*), frases interrogativas. O reforço da ordem pode ser obtido por meio do emprego repetido da forma verbal (ex.: *Sente-se, meu amigo, sente-se.*), do uso de advérbios (ex.: *Escreva por amor de Deus imediatamente para Barcelona!...*), expressões de insistência (ex.: *Escreva por amor de Deus...*) ou imprecizações (ex.: *Deixe-me dormir, seu bêbado.*) e da 3ª pessoa do subjuntivo aplicada ao interlocutor no primeiro caso (ex.: *Pega...Pega... Lá se foi... Que o leve o diabo.*). O emprego de “fórmulas de polidez”, como por favor, por gentileza, digne-se de, tenha a bondade de, etc., vêm atenuar a ordem.

Observemos que as gramáticas normativas consideram o pronome *você* como pronome de tratamento e o classificam como terceira pessoa gramatical. As gramáticas brasileiras apenas reproduzem as normas ditadas pela gramática do PE, sem considerar que o uso de *você* como 2ª pessoa do singular e de *vocês* como 2ª do plural é quase categórico no PB, e que assim, as formas “únicas” do imperativo não existiriam mais, sendo este modo formado unicamente pelo subjuntivo. Entretanto, veremos pela exposição de estudos recentes que a realidade lingüística brasileira apresenta outras variantes para expressar o imperativo.

Cuesta e Luz (1971) relatam que o pronome *tu* mal sai do âmbito familiar e que o emprego da 3ª pessoa do singular para nos dirigirmos ao interlocutor está cada vez mais generalizado em Portugal. Citam também que o pronome *você* vai dia a dia ganhando terreno no PE. Quanto ao pronome *vós*, dizem elas, que já desapareceu quase por completo da linguagem moderna, resistindo somente em situações de muita cerimônia. Com relação ao PB, as autoras reconhecem o uso regional restrito do pronome *tu* e o uso maciço *de você* e *vocês* como tratamento de 2ª pessoa. Se já em 1971, autoras portuguesas reconheciam a mudança no sistema de tratamento de 2ª pessoa, e esta mudança acarreta uma mudança na expressão do imperativo, por que continuamos a “ensinar” a formação do imperativo tal qual mostra o quadro 1?

Mateus et al (2003) dispensam um espaço considerável à descrição do modo imperativo, comentando como se efetiva sua expressão no PE sob diversos pontos de vista. As autoras estabelecem como imperativas, de um ponto de vista pragmático, todas as frases através das quais o locutor visa a obter num futuro imediato a execução de uma determinada ordem ou ação por parte do ouvinte ou de alguém a quem o ouvinte transmita um ato diretivo. Formas verbais diferentes (no imperativo, conjuntivo/subjuntivo, indicativo e infinitivo) podem apresentar ordens diretas dirigidas a um interlocutor, como nos exemplos do PE: a- *Cala-te!*; b- *Vamos a calar imediatamente!*; c- *Que ninguém faça barulho agora!*; d- *Não fumar!*. A forma verbal imperativa pode também assumir valores diversos: ordem, pedido, instrução, conselho, exortação, desejo, condição ou modo de chamar a atenção do ouvinte.

Segundo as autoras, de um ponto de vista morfo-sintático, o imperativo no PE exhibe apenas duas formas verbais próprias, nas 2ªs pessoas, e exclusivamente em frases afirmativas. Nas frases negativas e nas demais pessoas

(1ª do plural e 3ª do singular e do plural) o imperativo é suprido pelo subjuntivo. Também reconhecem o contínuo avanço dos pronomes de tratamento *você/vocês*, considerados gramaticalmente como de 3ª pessoa. O infinitivo e o gerúndio também são apontados como formas verbais usadas para exprimir o imperativo.

De um ponto de vista semântico-lexical, as frases imperativas com valor de ordem, pedido ou conselho envolvem predicados dinâmicos, ou seja, denotam situações controláveis pelo interlocutor. Quando as situações não são controláveis pelo destinatário, as frases imperativas denotam desejo ou exortação.

De um ponto de vista sintático, as imperativas podem ser diretas – ocorrendo em frases independentes – e indiretas – ocorrendo em domínios de subordinação. Nas subordinadas imperativas, a forma verbal usual é o subjuntivo ou o infinitivo. O sujeito não aparece expresso nas sentenças imperativas. Quando uma expressão nominal aparece expressa nas imperativas diretas é interpretada como um vocativo. Os complementos clíticos nas frases do modo imperativo aparecem basicamente em posição enclítica (ex.: *Desculpe-me!*), porém, a presença de negação pré-verbal é um elemento desencadeador da próclise.(ex.: *Não me fale!*)

Um ato de ordem pode ser intensificado ou atenuado. Os advérbios de tempo *já* e *imediatamente*, em adjacência imediata ao verbo, acentuam o valor de ordem das imperativas, enquanto as expressões *por favor* e *se não te importas*, ocorrendo na periferia direita ou esquerda, atenuam o sentido diretivo das imperativas.

O surgimento da forma *você* acarretou mudanças na expressão do modo imperativo e isso raramente é considerado pelos gramáticos tradicionais ao prescreverem o uso desse modo. Portanto, faz-se necessário o conhecimento da

história das formas de tratamento em português a fim de esclarecer mal entendidos que são considerados erros pelos gramáticos normativos.

2.5 O SURGIMENTO DE VOCÊ E O IMPERATIVO

Segundo Faraco (1996), em estudo diacrônico, o sistema latino de tratamento do interlocutor possuía o pronome *tu* para a referência singular menos formal e o pronome *vós* para a referência formal a um único interlocutor ou para referência universal a mais de um interlocutor. A esses pronomes correspondiam formas verbais específicas. No entanto, esse sistema herdado do latim foi modificando-se a partir do uso de expressões de referência aos interlocutores que se combinavam não mais com a segunda pessoa verbal, mas com a terceira. Essa duplicidade de formas nos paradigmas pronominais e verbais caracteriza o português atual.

Concomitantemente às mudanças econômicas, políticas e sociais vividas em Portugal a partir do século XIII, a língua também sofreu reformulações. Vamos nos deter nas mudanças no sistema de tratamento. A forma *vós* que era determinante do tratamento formal e de *status* passou a ser utilizada mais amplamente, exigindo-se a criação de novas formas de tratamento diferenciado de segunda pessoa. *Vossa Mercê* parece ser a mais antiga delas, datada em textos da Corte Portuguesa de 1331. Essa forma de tratamento estava relacionada à mercê do rei. Durante o século XV, com novas relações sociais constituídas na corte, novas formas de tratamento surgiram: *Vossa Senhoria* (1434), *Vossa Majestade* (1442), *Vossa Alteza* (1450) e *Vossa Excelência* (1455). Com a rápida difusão de *Vossa*

Mercê no tratamento não íntimo, esta forma perdeu seu valor honorífico para a aristocracia e passou a evoluir sofrendo simplificações fonéticas até chegar às formas *você* ou *cê*, utilizadas no português brasileiro. Como exemplos dessa evolução podemos citar as formas ainda utilizadas pelos caboclos do interior de São Paulo: *vosmecê, vossuncê, vassuncê, mecê, vancê, vacê, ocê, cê e você*.

Ainda segundo Faraco (1996), em Portugal, o pronome *tu* é de uso corrente no tratamento íntimo e *você* é usado no tratamento entre iguais não solidários. Na maior parte do Brasil esta situação é diferente, pois *você* é usado no tratamento íntimo enquanto que o uso do *tu* está restrito a algumas variedades regionais. Feita esta revisão histórica podemos perceber que *você* é a forma usada para se referir à segunda pessoa do discurso, a pessoa a quem o interlocutor se dirige.

Ainda segundo Faraco (1996), com o surgimento de *você*, desencadearam-se outras mudanças, buscando a estabilização da língua: - reformulação do sistema de tratamento de segunda pessoa do discurso; - rearranjos no sistema pronominal; - rearranjos na conjugação verbal (arcaização das formas de segunda pessoa do plural; acréscimo de novos valores para as formas de terceira pessoa verbal e alterações na composição do imperativo); - rearranjos na estrutura sintática, com a forte tendência ao aparecimento do pronome sujeito expreso.

Câmara Jr. (1976) faz uma comparação entre o quadro dos pronomes pessoais (retos e oblíquos) portugueses antes e depois do surgimento da forma *você*:

PESSOAS	PESSOAS RETOS	PESSOAS OBLÍQUAS
P1	Eu	Me, mim, comigo
P2	Tu	Te, ti, contigo
P4	Nós	Conosco
P5	Vós	Convosco
P3	Ele, ela	O, a, lhe
P6	Eles, elas	Os, as, lhes

Quadro 2- Pronomes pessoais antes do surgimento da forma *você*

Concordamos com Câmara Jr. (1976) quando afirma que tal quadro é puramente teórico e que não se realiza completamente em nenhuma região de uso da língua portuguesa. Em seguida, o autor descreve as principais mudanças ocorridas neste sistema pronominal: **1º**– perda de *vós* como plural exclusivo de *tu*, sendo também utilizado para referir-se a um único ouvinte como forma de distanciamento e acatamento social; **2º**– substituição do pronome *vós* por outras formas de tratamento de terceira pessoa (*Vossa Alteza, Vossa Excelência, Vossa Senhoria*) com eliminação das formas verbais correspondentes a P5 e a concordância feita com o verbo na terceira pessoa. No português do Brasil são usadas as formas *ocê* (tratamento íntimo) e *o senhor, a senhora* (tratamento respeitoso) com o verbo na terceira pessoa; **3º**– a série *tu, te, ti, contigo* persiste com finalidade puramente estilística ao lado de *ocê*. Portanto, o quadro mais aceitável de pronomes pessoais para o português brasileiro atual seria este proposto pelo autor:

PESSOAS	PESSOAS RETOS	PESSOAS OBLÍQUAS
P1	Eu	Me, mim, comigo
P2	Você, o senhor, a senhora Tu	O, a, lhe Te, ti, contigo
P4	Nós	Conosco
P5	Vocês, os senhores, as senhoras	
P3	Ele, ela	O, a, lhe
P6	Eles, elas	Os, as, lhes

Nota: O autor não faz referência à expressão pronominal “a gente”.

Quadro 3 - Pronomes pessoais em uso

De acordo com dados do projeto NURC, publicados na Gramática do Português Falado - volume 4, Ilari et al (1996) apresentam as formas de pronomes pessoais encontradas:

- Para a 1ª pessoa: eu/nós/ a gente;
- Para a 2ª pessoa: tu/você/o senhor/a senhora;
- Para a 3ª pessoa: ele/eles/ela/elas.

No quadro 1, citado pelos autores, que registra a ocorrência de pronomes pessoais na função de sujeito nos dados do NURC, observamos a diferença no uso das três formas apresentadas para a função de segunda pessoa. Dentre 573 ocorrências, os autores obtiveram 12 usos do *tu*, 483 usos de *você* e 78 usos de *o senhor*. Verificaram que entre as formas alternantes para a segunda pessoa do singular - *tu* e *você* - a primeira registrou apenas 2,42% contra 97,57% do total de ocorrências.

Para Menon e Loregian-Penkak (2002:149) “é contradição teórico-metodológica afirmar que o verbo está na 3ª pessoa, concordando com um pronome de 2ª, porque tanto *tu* como *você* são formas de se dirigir diretamente ao interlocutor, a 2ª pessoa do discurso.” Portanto, *você* deve ser considerado como pronome de 2ª pessoa que concorda com o verbo na 2ª pessoa, pois ocorre a concordância verbo-sujeito. Dessa forma, as formas variantes (indicativa e subjuntiva), que constatamos na fala e na escrita e que averiguamos neste estudo, associam-se não aos pronomes *tu* ou *você*, mas aos modos indicativo e subjuntivo.

No próximo capítulo, apresentamos alguns estudos descritivos sobre o modo imperativo no português do Brasil. Esses trabalhos revelam a manifestação das formas variantes, indicativa e subjuntiva, na expressão do imperativo. Essas formas já foram atestadas pelos gramáticos e lingüistas citados acima e realizam-se em maior ou menor freqüência de acordo com as diferenças regionais, o tipo de registro (escrito ou falado) e o estilo de textos e autores. É importante ressaltar que se assume neste trabalho que a produção de uma das formas variantes não se relaciona à escolha pronominal entre *tu* e *você*, pois considera-se o último como o pronome de 2ª pessoa predominante no PB.

CAPÍTULO 2

Os rumos da expressão do imperativo no PB: relatos de pesquisas



3 CAPÍTULO 2 - OS RUMOS DA EXPRESSÃO DO IMPERATIVO NO PB: RELATOS DE PESQUISAS

O interesse pelo estudo da variação do imperativo no PB vem sendo sentido no crescente número de trabalhos desenvolvidos nas duas últimas décadas.

Neste capítulo resenhamos alguns dos trabalhos já realizados sobre esse fenômeno variável com o intuito de conhecermos como o imperativo tem se manifestado tanto na linguagem falada como na escrita em diferentes regiões em que o PB é falado. Por meio da comparação entre esses estudos, poderemos mensurar o estágio em que o possível processo de mudança se apresenta, considerando que a linguagem escrita é mais conservadora do que a fala e que o português brasileiro apresenta grande variação diatópica.

Dentre os estudos encontrados, iniciamos pelos dois que marcaram a análise da expressão variável do imperativo no PB e que servem como ponto de reflexão para os demais trabalhos desenvolvidos. São a tese de doutoramento de Faraco (1982) e um artigo decorrente dessa tese (1986) e os estudos realizados por Scherre (1998, 2000, 2003). Menon (1984) também demonstrou interesse por esse fenômeno, o qual foi assunto de sua dissertação de mestrado. Seguem-se a estes, trabalhos orientados pela professora Marta Scherre – Jesus & Oliveira (1995) e Abreu (2003) – e dissertações de mestrado desenvolvidas nos estados da Bahia (Sampaio, 2001), Paraíba (Alves, 2001) e São Paulo (Borges, 2004). Para concluir faremos algumas considerações sobre dois trabalhos preliminares realizados por nós no ano de 2003.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A SENTENÇA IMPERATIVA NO PB – FARACO (1982, 1986)

A expressão do modo imperativo foi objeto de estudo da tese de doutoramento do professor Faraco na década de 80. Nesse trabalho ele apresenta três pares de formas que estariam representando o modo imperativo em português e expõe argumentos a favor de uma análise que considera a terceira forma como imperativa e não indicativa. São elas:

1. Canta/não cantes (formas apregoadas pelas gramáticas tradicionais, herdadas do latim, referentes à 2ª pessoa do singular);
2. Cante/não cante (formas oriundas do presente do subjuntivo, referentes ao pronome *você*, com formas verbais na 3ª pessoa do singular);
3. Canta/não canta (formas oriundas da 3ª pessoa do singular do presente do indicativo).

O primeiro par pode ser considerado gramaticalmente correto se relacionado à 2ª pessoa gramatical (*tu*), porém, estas estruturas estão em desuso no PB, devido à alteração no sistema pronominal de tratamento ao interlocutor.

Para o autor, o segundo par, oriundo do subjuntivo, é considerado como a *forma básica* para a expressão do imperativo no PB, tendo em vista que a forma corrente para o tratamento do interlocutor é *você*.

O problema de análise reside no terceiro par, considerado como erro gramatical pela tradição normativa e como formas oriundas da 3ª pessoa do presente do indicativo por alguns estudiosos (Câmara Jr, 1976; Scherre, 2002). Faraco (1986:5) afirma que o fato de a forma *canta*, relativa à 2ª pessoa do singular do imperativo, ser morfologicamente igual à 3ª pessoa do presente do indicativo tem explicação diacrônica: “*é uma homofonia criada historicamente como resultado da*

queda do -t final da 3ª pessoa do singular do presente do indicativo latino (cantat – canta)”.

Segundo o autor, esse par é duplamente problemático, pois contrasta com as formas imperativas no PB (*cante/não cante*) e porque a forma negativa não provém do subjuntivo, mas é a simples negação da forma afirmativa. A esse processo de negação da forma afirmativa, Faraco chama de “especialização pragmática” e explica que essa forma teria surgido paralelamente à forma *não cantes* para situações especiais de uso, e mais tarde, esta ocorrência se estenderia à forma positiva. Para ele, o uso das formas *canta/não canta*, utilizadas no PB em situações informais e com valores diferentes, é um recurso para modalizar a *força ilocucional do ato de fala*. Esse par deve ser considerado como a sobrevivência da antiga forma de segunda pessoa do singular do imperativo, paralelamente à forma básica oriunda do subjuntivo.

Dessa forma, Faraco defende a tese de que esse terceiro par é realmente uma forma imperativa e não indicativa. Uma característica típica da sentença imperativa que viria confirmar essa assertiva é a de que essa estrutura apresenta ausência de sujeito superficial. Essa forma, segundo o autor, poderia ser escolhida para reforçar um ato ilocucional de fala, como dito acima, reforçar uma relação íntima, quebrar a formalidade de uma situação ou fazer súplicas.

Faraco conclui afirmando que no português brasileiro temos dois paradigmas coocorrentes para a 2ª pessoa do singular: as formas *canta/ não canta* e as formas *cante/não cante*. No entanto, a escolha do falante entre uma ou outra não indica que ele esteja trocando a forma de tratamento (*tu, você*) e sim que está optando por uma forma marcada (forma indicativa) e outra não marcada (forma subjuntiva).

3.2 NORMA E USO – O IMPERATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO – SCHERRE (1998, 2000, 2002, 2003)

Scherre relata em seu artigo *A norma do imperativo e o imperativo da norma* (in Bagno, 2002) que, em 1992, um dever de casa de sua filha, que então cursava a 5ª série, despertou nela reflexões sobre a expressão do imperativo, já que as estruturas imperativas propostas no exercício causavam estranhamento, apesar de obedecerem rigidamente às normas da gramática ensinada na escola. A partir de então, ela desenvolve junto a alunos do curso de Letras da Universidade de Brasília estudos a respeito da variação do imperativo em diferentes tipos de textos escritos (propagandas, bulas, receitas, rótulos, folhetos, revistas em quadrinhos, obras literárias, letras de músicas, poesias, histórias infantis, diálogos da fala-escrita da Internet) além de registros de linguagem falada em situações formais e informais, como conversas familiares, aulas e programas de televisão.

A pesquisadora analisa a expressão do imperativo numa perspectiva sociolinguística, considerando restrições linguísticas (sintáticas, fonológicas, semânticas) e sociais na escolha das variantes indicativa ou subjuntiva do imperativo, acreditando que esta não apresenta relação com o uso dos pronomes *tu* ou *você*, já que estudos revelam a supremacia deste sobre aquele no PB e que, mesmo com a predominância de *você*, a forma indicativa tem se difundido na manifestação de situações imperativas.

Apresentamos a seguir conclusões às quais a autora chegou a partir dos estudos por ela realizados e orientados. Scherre *et al* (1998), no texto intitulado *Phonic parallelism: evidence from the imperative form in Brazilian Portuguese*,

afirmam que o imperativo singular pode ser expressado pelas formas indicativa, subjuntiva e infinitiva. Na fala das regiões sudeste, sul e centro-oeste, a variante indicativa predomina. Na linguagem escrita, sem diálogo, de propagandas, a forma subjuntiva é de uso quase categórico. Esse fato se deve a razões sintáticas, pois, se esta não for a forma usada, a leitura imperativa é prejudicada e há a possibilidade de preenchimento da posição do sujeito. Em textos de receitas, manuais de instrução e bulas, as formas subjuntiva e infinitiva são usadas com o predomínio da última forma. Razões funcionais explicam o uso da forma infinitiva, já que esses textos são escritos sem a intenção de persuadir e não necessitam de marca morfológica no relacionamento entre emissor e receptor.

De acordo com a análise feita, os autores constataram que o tipo e formalidade do evento de fala é a variável mais importante para o entendimento da variação do imperativo. Os eventos informais de fala espontânea (0.76) e a fala dos programas de TV (0.79) favorecem o imperativo na forma indicativa, enquanto os eventos formais de fala (0.16) e o texto de um *talking book* (0.04) o desfavorecem.

Ao lado deste fator, a polaridade da estrutura aponta um desfavorecimento para a forma indicativa nas estruturas negativas com peso relativo igual a 0.29, contra 0.52 nas estruturas afirmativas. A natureza da vogal imediatamente precedente nos verbos regulares de 1ª conjugação é outra variável que influencia na escolha das formas que compõem a expressão do imperativo. A vogal precedente [+ aberta] favorece a forma indicativa e o uso da forma subjuntiva é influenciado pela natureza [- aberta] da vogal precedente. Esse caso, segundo os autores, exhibe um claro processo de harmonia vocálica envolvendo um fenômeno morfossintático.

Os autores concluem que vários tipos de restrições (sintáticas, semânticas, fonológicas, sociais) devem ser levadas em conta no estudo da variação do imperativo na linguagem falada e escrita.

Em outro texto, apresentado pelos mesmos autores (2000), além dos resultados acima expostos, outros fatores são considerados relevantes na análise da variação em questão. Nos casos de 2ª pessoa do plural, tanto em linguagem escrita como na falada, a forma subjuntiva é categórica (ex.: Bem, *olhem* aqui, a tia tem....). Se essas estruturas se apresentassem na forma indicativa, pareceriam intuitivamente agramaticais, causando estranhamento sintático.

A posição e tipo de clítico também influenciam no favorecimento de uma ou outra forma. O pronome *se* posposto ao verbo favorece categoricamente o imperativo na forma subjuntiva em contexto de língua falada com diálogo, pois esta forma assegura a leitura imperativa (ex.: *Retire-se!*). Se o clítico estiver anteposto há possibilidade de ocorrência na forma indicativa, já que a posição de sujeito ocupada pelo *se* dificulta uma leitura reflexiva (ex.: *Se coloca* no meu lugar.). A presença do clítico *me* ou a ausência de qualquer clítico favorecem a forma indicativa (ex.: *Não me empurra./ Escreve aí.*)

Além da questão referente ao paralelismo fônico, outra restrição relacionada ao componente fonológico que está sendo testada é o número de sílabas da forma verbal no infinitivo. Os verbos monossílabos (*dar, ver, pôr, ir, ler*) favorecem a expressão do imperativo na forma indicativa e os polissílabos (*apresentar, aparecer, preocupar*) favorecem a forma subjuntiva. Os dissílabos (*falar, virar, dizer, abrir*) e os trissílabos (*apagar, escrever, repetir*) evidenciam influência intermediária.

Apesar de a expressão do imperativo na escrita, sem diálogo, favorecer a forma subjuntiva, a variante indicativa é encontrada em contextos de representação da fala dentro de balões, quando as estruturas apresentam rima e paralelismo fônico (como exemplos: “*Vem pra Caixa você também; Fala, Brasil*”) e quando a 2ª pessoa semântica é inequívoca (ex.: “*Sai dessa! Abre uma Skol!*”).

Scherre (2002) afirma que mais de dois terços da população brasileira, representantes das regiões sul, sudeste e centro-oeste, ao usarem o imperativo na forma associada à indicativa (com aproximadamente 90% de frequência) o fazem sem sentimento de que estão “*errando*”, ou seja, de que a regra da gramática está sendo violada. Na região nordeste, representada pelos estudos realizados nos Estados da Bahia e da Paraíba, apenas 30% das estruturas imperativas analisadas se encontram na forma indicativa. Essa afirmação mostra que, além da relevância do aspecto diatópico, não há estigma social associado a esse fenômeno.

Nesse mesmo artigo, Scherre aponta outras variáveis que favorecem a escolha de uma das variantes dependentes. Os verbos irregulares com oposição mais saliente (*diz/diga, faz/faça*) e verbos regulares de 2ª e 3ª conjugações com oposição mais saliente (*exija, coma*) tendem a favorecer a forma subjuntiva, enquanto os verbos irregulares com oposição menos saliente (*dá/dê, vai/vá*) e os regulares de 1ª conjugação menos salientes (*pinta, pára*) favorecem a forma indicativa. A autora verificou também que a forma precedente influencia a subsequente, ou seja, quando a forma precedente é indicativa, a forma subsequente também é, o mesmo acontece com a forma subjuntiva.

Além das restrições lingüísticas, influenciam na variação do imperativo o aspecto geográfico - conforme atestam os estudos realizados - a faixa etária e a formalidade do evento de fala.

Interessa-nos ainda apresentar os resultados obtidos por Scherre (2003) na análise de diálogos de língua escrita de 15 revistas em quadrinhos brasileiras – Turma da Mônica - (1998 e 1999) da região sudeste, já que este *corpus* é da mesma natureza do tipo de linguagem escrita por nós escolhido. Das 725 estruturas imperativas, 88 foram invariáveis (forma subjuntiva) e 637 variáveis (destas, 57% indicativas).

Abaixo apresentamos os resultados por variável lingüística considerada:

1. Polaridade da estrutura (afirmativa e negativa):

A polaridade negativa (ex.: “Da próxima vez *não fale* a verdade!”) diminui o uso do imperativo associado à forma indicativa em 31 pontos (de 57% cai para 26%). O peso relativo 0,23 indica pouco favorecimento da forma indicativa. A polaridade afirmativa (ex.: “*Faz de conta* que você está andando pela rua ...”) apresenta peso relativo 0,54, porém, a diferença de 0,31 entre os dois fatores é estatisticamente significativa.

2. Tipo, posição e pessoa dos pronomes:

Pronome do caso reto depois do verbo favorece quase categoricamente (0.96) o imperativo na forma indicativa (ex.: “Hum...*deixa eu* ver...”).

Quanto aos pronomes oblíquos, os de 1ª e 3ª pessoas (me, nos, os, se), depois do verbo, favorecem categoricamente a forma subjuntiva do imperativo (ex.: “Bem... *Deixe-me* ver...”; “Segure esta colda e *traga-nos* daqui!”; “*Leve-os* de volta pra casa!”; “*Divirta-se!*”) . Os pronomes oblíquos, antepostos ao verbo, se da 1ª

pessoa (ex.: “Cebolinha! *Me faz* um favor!”), influenciam na produção da forma indicativa do imperativo (0.62), se da 3ª pessoa (ex.: “e si *alembre...*”), a forma subjuntiva (0.15). A ausência de pronome (ex.: “Calma! *Deixa* ver... Hum...”)) apresenta peso relativo igual a 0,47.

A comparação com 10 revistas publicadas na década de 70 demonstra crescimento no uso da forma indicativa. Nessa amostra verifica-se apenas 7% (11/162) de imperativo associado à forma indicativa e ausência de pronome reto depois do verbo. O uso de pronome oblíquo antes do verbo (27%, 9/33) aparece sempre associado ao imperativo na forma subjuntiva.

O pronome *se* associado à forma imperativa subjuntiva (afirmativa ou negativa) assegura a leitura imperativa inequívoca (ex.: “*Não se mexa*, Papa...”; “*Mas não se preocupe!*”). O pronome *me* antes do verbo com polaridade negativa possibilita o imperativo indicativo (ex.: “Então *não me conta* o final, Cascão!”). Em contexto discursivo não-dialógico (ex.: “*Corra, salte, ande e deixe* de fumar”) e estruturas de 3ª pessoa plural há emprego generalizado da forma subjuntiva. Há obrigatoriedade da forma subjuntiva nos enunciados imperativos plurais.

3. Tipo de paradigma verbal e de oposição verbal, paralelismo fônico e número de sílabas do verbo no infinitivo:

A autora apresenta os resultados de acordo com os principais verbos encontrados na amostra. As porcentagens representam a escolha da forma indicativa. Os verbos *deixar* e *olhar* são líderes do uso do imperativo na forma indicativa. Os verbos monossilábicos, irregulares, menos salientes, *dar* (95%) e *ir* (78%), favorecem a forma indicativa (*dá; vai*). O verbo *ver* (13%), monossilábico, irregular, mais saliente, apresenta predominância da forma subjuntiva (ex.: “*Veja*,

Cascão!"). O mesmo acontece com o verbo *dizer* (14%), dissilábico, irregular, mais saliente, em que a forma subjuntiva (ex.: "*Diga, Cascão!*") é predominante.

Considerando-se o efeito do número de sílabas e da natureza da vogal precedente, os dados apontam para o menor número de sílabas e vogal precedente [+ aberta] como favorecedores da forma indicativa (*olhar/olha*-94%, *deixar/deixa*- 89%). O maior número de sílabas e a vogal precedente [- aberta] desfavorecem a forma indicativa (*esperar/espera*- 49%, *imaginar/imagina*- 18%).

Abaixo apresentamos os pesos relativos referentes à escolha da forma indicativa, de acordo com os fatores analisados nos diálogos de escrita. Verbo irregular, oposição menos marcada (*dar, ir, sair, vir, pôr*) = 0,67. Verbo irregular, oposição mais marcada (*fazer, trazer, dizer, ver, pedir, ser*) = 0,15. Verbo regular, menos marcado, 1ª conjugação, vogal precedente [+ aberta] (*falar, olhar, esperar*) = 0,63. Verbo regular, menos marcado, 1ª conjugação, vogal precedente [- aberta] (*mandar, contar, tentar, virar, desculpar*) = 0,42. Verbos de paradigma especial, 2ª e 3ª conjugações, menos marcado (*correr, seguir, subir*) = 0,66. Verbo regular, mais marcado, 2ª e 3ª conjugações (*comer, abrir*) = 0,36.

4. O papel do vocativo:

A presença do vocativo assegura a leitura imperativa em enunciados associados ao indicativo (ex.: "Psst! Não *faz* escândalo, Cebolinha!") . Nos dados da década de 70, o vocativo é a única variável que se evidencia como estatisticamente significativa.

3.3 O IMPERATIVO NO PB – MENON (1984)

Em sua dissertação de mestrado, Menon aborda a questão do imperativo sob uma perspectiva histórica e teórica. Ela afirma que há divergências no tratamento do assunto, pois os poucos trabalhos realizados utilizam-se de recortes da linguagem falada ou escrita de diferentes regiões e dessa forma as análises são parciais.

A autora, primeiramente, apresenta o que a norma dita sobre o modo imperativo, comentando sobre as origens e significações desse modo verbal. A seguir, expõe como o imperativo é tratado na gramática tradicional, na visão de estruturalistas, sob a análise gerativo-transformacional, na perspectiva da gramática construtural e por uma abordagem pragmática (referindo-se ao trabalho de Faraco,1982).

Para mostrar um pouco da diversidade no uso das formas do imperativo, a autora apresenta exemplos extraídos de letras de músicas e de poesias de diferentes autores brasileiros, épocas e regiões. Esses exemplos mostram a variação entre as formas indicativa e subjuntiva e são comentados pela autora considerando-se a escolha dos pronomes de tratamento do interlocutor (*tu* e *você*).

Menon considera a relevância da televisão e da publicidade na disseminação das formas variantes. Ela comenta que a forma verbal imperativa, presente nas propagandas, utiliza, em sua maioria, as formas verbais de 3ª pessoa, ou seja, a forma subjuntiva (ex.: “*use, faça, participe, aproveite, telefone, entre, experimente, veja...*”) e que raramente outras formas aparecem. Quando estas são usadas, segundo a autora, denotam uma característica da expressão oral ou

promovem um trocadilho (ex.: “*Experimenta!*”- comercial do creme dental Colgate sabor menta).

Concluindo, a autora questiona se as formas próprias do imperativo (2^{as} pessoas do singular e do plural) vão desaparecer, sendo substituídas por formas do presente do indicativo e do subjuntivo. Ao mesmo tempo afirma que houve uma confluência de formas entre a imperativa de 2^a pessoa e a indicativa de 3^a e que a situação atual de variação é um período intermediário, em que um sistema está caindo em desuso e outros o estão substituindo.

Como a autora mesma afirmou, esse é um trabalho que busca refletir sobre a variação do imperativo, porém não apresenta dados quantitativos que indiquem o sentido dessa possível mudança.

3.4 PESQUISA SOBRE A FORMAÇÃO DO IMPERATIVO NO PB – FALA E ESCRITA – JESUS & OLIVEIRA (1995)

Jesus e Oliveira (1995) analisaram o uso do modo imperativo tanto na linguagem falada quanto na escrita. Constituíram o *corpus* do trabalho a gravação de programas televisivos (telenovela, comerciais, reportagens, aulas de TV), observações de fala espontânea em ambientes familiares e públicos, além de bulas de remédios, *outdoors*, cartazes e rótulos, a fim de investigar a ocorrência de variação do imperativo nas formas indicativa e subjuntiva na fala, e subjuntiva e infinitiva na escrita.

As conjugações verbais, as modalidades afirmativa e negativa, o contexto fonológico posterior e a fonte de dados foram os fatores considerados na análise e quantificação dos dados.

Iniciando a análise pelos dados da fala, as autoras relatam que o grupo de fatores *fonte de dados* foi o mais relevante estatisticamente. As ocorrências do modo imperativo na fala espontânea de situações cotidianas e de telenovelas foram as que mais favoreceram a expressão do imperativo na forma indicativa (0.83 e 0.81, respectivamente), havendo um decréscimo à medida que se formaliza a comunicação (aulas de TV, reportagens, comerciais) até se chegar à escrita. Observam que a única ocorrência na forma indicativa na escrita refere-se a um bilhete, algo bastante informal e próximo à fala.

Analisando-se o contexto fonológico posterior – vogal, consoante ou pausa - aquele constituído por vogal é o mais favorecedor do indicativo (0.68).

Considerando-se as conjugações verbais, temos os verbos de 1ª conjugação com peso relativo 0.54, contra 0.38 e 0.48 dos verbos de 2ª e 3ª conjugações, respectivamente, no favorecimento da forma indicativa. Porém, há que se ressaltar que a maioria dos verbos do léxico português pertencem à 1ª conjugação.

O último grupo de fatores analisado, modalidades afirmativa e negativa, mostrou que a forma indicativa é favorecida nas ocorrências afirmativas (0.51). Porém, a presença do imperativo negativo associado à forma indicativa é bastante significativa (0.42), já que vem contrariando a norma gramatical (ex.: *Não faz isso que 'cê vai se machucar.*").

Passando à análise dos textos escritos (bulas e cartazes) e tendo como variáveis dependentes as formas subjuntiva e do infinitivo, os dados

revelaram que os cartazes (0.88), os contextos seguidos de consoantes (0.64), os verbos de 3ª conjugação (0.67) e a modalidade afirmativa (0.52) são favorecedores da forma subjuntiva. As autoras procuram justificar a expressão do imperativo por meio das formas nominais do infinitivo considerando que tais formas se caracterizam por um aspecto atemporal e constante, que generaliza e atenua o caráter prescritivo da ordem, promovendo um distanciamento entre emissor e receptor. Esta modalidade é a mais usada nas bulas.

A partir dos resultados por elas apresentados, podemos supor que a linguagem falada está guiando um processo de mudança, fazendo com que o modo imperativo esteja sendo manifestado pelo indicativo na maioria das situações, inclusive atingindo a escrita.

3.5 ESTUDO DA VARIAÇÃO DO MODO IMPERATIVO EM OBRAS DE JORGE AMADO – ABREU (2003)

Com o objetivo de investigar a variação do modo imperativo quanto às suas variantes indicativa e subjuntiva, Abreu (2003) analisa cinco obras literárias (*Cacau* –1933, *Suor* –1934, *Capitães da Areia* – 1937, *Dona Flor e seus dois maridos* - 1966 e *Tieta do Agreste* – 1977) do conhecido escritor baiano Jorge Amado. Com o estudo dessa amostra de linguagem escrita, a autora pretende vislumbrar, além dos costumes, cultura e relações sociais, a linguagem, caracterizada pela simplicidade e coloquialismo do povo baiano, já que é preocupação do autor retratar o povo da Bahia ao compor suas obras.

Tomando a Teoria da Variação por modelo teórico, Abreu estabeleceu, para a análise dos 1002 dados coletados, as seguintes variáveis independentes: tipo de paradigma/tipo de oposição verbal, polaridade da estrutura/pessoa verbal, natureza da vogal precedente, ausência/presença de pronomes retos e presença, tipo e posição de clíticos, número de sílabas do verbo no infinitivo, presença ou ausência de perífrase, paralelismo discursivo, presença/ausência de vocativo, nome da obra.

Foram excluídas da análise por se caracterizarem como invariáveis, apresentando-se somente na forma subjuntiva, as seguintes estruturas: formas invariantes com os verbos *querer*, *saber*, com as 1ª e 3ª pessoas do plural (queiramos/saibamos;queiram/saibam), com a presença do sujeito (ex.: “Ele é tão feio, *Deus me perdoe...*”), com as partículas de negação *nunca* e *nem* (ex.: “Não *pense nunca* que eu quis te enganar.”), com o pronome átono de 3ª pessoa *se*, proclítico e enclítico (ex.: Não *se importe* não.”), com pronomes átonos *lhe*, *o/a* proclíticos e enclíticos (ex.: “Que *lhe faça* bom proveito.”; “*Despeça-o* imediatamente.”)

Os resultados apresentaram predominância do uso do imperativo associado à forma subjuntiva, 77% do total. Considerando-se a influência da variável paralelismo discursivo, a forma imediatamente precedida de indicativo é a que mais favorece a forma indicativa de expressão do imperativo (0.89), sendo seguida pela forma isolada (0.59) e pela primeira forma da série que apresenta resultado intermediário, próximo ao peso de influência neutra (0.55). Conforme a autora, esses números corroboram a hipótese de Scherre (apud Abreu, 2003) de que “formas gramaticais semelhantes tendem a se agrupar”. Somente 7% (0.26) das ocorrências apresentaram alternância indicativo/subjuntivo, ou vice-versa.

A obra que mais favoreceu a forma indicativa foi *Capitães de Areia* (0.81), classificada como um romance proletário que narra a história de meninos de rua. *Suor* apresentou um índice relativo de 0.63, *Cacau* e *Dona Flor e seus maridos*, 0.46 e 0.47, respectivamente, e *Tieta do Agreste*, desfavorecendo o indicativo, um peso relativo de 0.39. A autora levanta a hipótese de que a temática – romances proletários ou crônicas de costume - e a localidade onde se passam as histórias – capital ou interior do Estado - influenciam a ocorrência de variação. Cruzando-se os fatores, a hipótese foi confirmada, ou seja, a chance de ocorrer o imperativo associado à forma indicativa é maior nas obras que retratam as classes sociais mais baixas e na linguagem da capital, enquanto que as histórias passadas com pessoas de classe média e alta e a linguagem do interior desfavorecem a escolha dessa forma. Nas obras em que não há esta combinação de fatores, os pesos relativos são intermediários.

Ao considerar os fatores, chamados pela autora de *teste de previsão da gramática normativa*, obtiveram-se os seguintes pesos relativos em relação ao favorecimento da forma indicativa: 0.98 nas estruturas afirmativas com pronomes *te*, *teu*, *tu* explícitos no contexto, 0.55 para as formas afirmativas impossíveis de serem relacionadas a *tu* ou *você*, 0.52 para as estruturas afirmativas com pronome *você* explícito no contexto e 0.10 para as formas negativas. É interessante observar que, mesmo com a presença do pronome *você*, há presença significativa de estruturas relacionadas ao indicativo. Os demais contextos eram previsíveis.

A presença do vocativo, independente de sua posição (pré ou pós-verbal), favorece o uso do modo indicativo, apresentando nos dados analisados um peso relativo de 0.67.

Analisando-se a influência dos verbos regulares e irregulares no favorecimento do indicativo, obteve-se peso relativo igual a 0.60 para os regulares e 0.33 para os irregulares. Foram considerados como regulares os verbos de 1^a, 2^a e 3^a conjugações, os verbos de 2^a conjugação com paradigma mais marcado (do tipo *correr, escrever...*), os verbos de 3^a conjugação com paradigma mais marcado (*seguir, sumir...*) e os verbos *imaginar, esperar, falar, esquecer, deixar* e *olhar* (esses dois últimos estão sendo analisados como possíveis marcadores discursivos) e como irregulares os seguintes verbos: *dar, ir, sair, cair, sorrir, vir, ter, pôr, estar, ser, ver, dizer, ouvir, reduzir, perder, fazer, pedir* e *medir*. Os verbos de paradigma flexional menos marcado favorecem a forma indicativa, enquanto que os de paradigma mais marcado favorecem o uso do subjuntivo.

A variável paralelismo fônico apresenta o contexto de vogal precedente mais aberta como favorecedor do indicativo com peso de 0.57 contra 0.44 do contexto vogal precedente menos aberta.

Apesar de se supor que a extensão do vocábulo e o ritmo da língua influenciam essa variação, nada pode ser afirmado sobre isso. Porém, os dados revelam que os verbos monossilábicos seriam contextos favorecedores do imperativo na forma indicativa (0.71), enquanto que os dissílabos apresentam peso 0.51 e os trissílabos e polissílabos (0.27 e 0.24, respectivamente) desfavorecem-no.

Quanto à variável *presença/ausência e tipo de pronomes*, as estruturas que apresentaram ausência de pronomes (0.51), presença de pronome reto posposto (0.51) e presença do pronome *me* (0.48) influenciaram intermediariamente o uso da forma indicativa, e, curiosamente, a presença do pronome *te* desfavoreceu esta forma (0.23).

A variável *perífrase* ou *não-perífrase* não se mostrou relevante na análise por não configurar um comportamento muito claro, apresentando uma pequena diferença entre os pesos relativos (0.50 e 0.42, para *perífrase* e *não-perífrase*, respectivamente) para o favorecimento do indicativo e porque as estruturas perifrásticas representam apenas 3,8% dos dados.

Contrariamente ao exposto no estudo anterior, percebemos que a linguagem escrita, apesar de estar entremeada pela variação, apresenta maior frequência no uso da forma considerada não-padrão (subjuntiva). Não podemos afirmar se esta escolha do autor foi consciente, se retrata a linguagem de uma época em que o processo de mudança estava menos avançado ou se esses resultados se devem a uma variação diatópica.

3.6 MODO IMPERATIVO: SUA MANIFESTAÇÃO/EXPRESSÃO NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO – SAMPAIO (2001)

Neste trabalho, Sampaio (2001) analisa, em termos diatópico, diacrônico de curta duração e diastrático, a variação no uso do imperativo sob o enfoque da Sociolinguística Laboviana, baseando-se também nas teorias da Análise da Conversação e da Discursivização. São observadas e analisadas variáveis linguísticas e sociais como possíveis impulsionadoras da forma não-padrão (forma indicativa) referentes à 2ª pessoa do discurso.

Compõem o *corpus* base do trabalho registros de fala da cidade de Salvador (década de 90) pertencentes ao Projeto NURC/Salvador (informantes novos e recontatos) e ao PEPP – Programa de Estudos do Português Popular

Falado de Salvador. Para a amostra de controle foram analisados inquéritos de informantes do Rio de Janeiro (década de 90) pertencentes ao NURC/RJ (informantes novos e recontatos) e ao PEUL – Programa de Estudos sobre o Uso da Língua - bem como registros de fala das mesmas cidades, do projeto NURC, e inquéritos com informantes de diferentes regiões de Portugal, pertencentes ao Projeto Português Fundamental/Portugal, todos da década de 70.

Das variáveis inicialmente estabelecidas, foram consideradas estatisticamente relevantes as que apresentaremos abaixo, considerando os resultados obtidos nas duas amostras³. Quanto à morfologia da forma verbal (forma verbal simples/locução embora o número de ocorrências da segunda variante tenha se revelado baixo nos dois *corpora*, essa forma favoreceu o uso da forma indicativa. Sampaio acredita ser a carga semântica o elemento influenciador do uso da forma não-padrão na locução verbal, já que esta recai na forma nominal, a qual é menos saliente e mais passível de regularização.

Considerando-se o paradigma flexional do verbo (regular/irregular), os falantes tendem a usar mais a forma subjuntiva com os verbos irregulares que apresentam formas mais salientes, confirmando-se a atuação do princípio da saliência fônica.

Os resultados do terceiro grupo, forma do pronome complemento (presença/ausência do clítico ou substituição pela forma reta), demonstram que, ao selecionar o clítico como complemento, a variante selecionada foi a padrão, enquanto que, ao substituir o clítico pela forma reta, houve o favorecimento da forma indicativa.

³ Para obtenção dos resultados, em frequência absoluta e peso relativo, separadamente por *corpus* (Salvador – década de 90, Rio de Janeiro – década de 90, Salvador e Rio de Janeiro – década de 70) ver Sampaio (2001).

O fenômeno de natureza morfossintática, paralelismo formal, confirmou-se em ambas as amostras. Na fala de Salvador, verificou-se um peso relativo de 0.90 no favorecimento do indicativo nas estruturas em que a forma precedente era indicativa. No *corpus* do Rio de Janeiro, que já apresentou um uso quase categórico do imperativo não-padrão, esse tipo de contexto convergiu para a premissa de que “*marcas levam a marcas e não-marcas levam a não-marcas*”.

A variável tipo de discurso foi selecionada apenas no *corpus* de Salvador, com o discurso indireto favorecendo a forma indicativa (0.58). E a variável identificação lexical do verbo também apresentou divergência entre as duas comunidades, já que os resultados mostram uso categórico do verbo *olhar* na forma indicativa no Rio de Janeiro.

O fator *forma verbal funcionando ou não como marcador discursivo* foi a única que não se mostrou relevante em ambas as amostras, porém, aponta para um processo de discursivização no uso do imperativo.

Quanto às variáveis sociais, a primeira faixa etária (20 a 35 anos) mostrou-se significativa no favorecimento da forma não-padrão, apresentando peso relativo igual a 0.62 na fala de Salvador e valor categórico no Rio de Janeiro. Esse resultado aponta para um processo de mudança em curso em estágio inicial, no primeiro caso, e numa fase mais avançada no último.

A variável nível de escolaridade apresentou-se diferentemente nas duas amostras. Em Salvador, os falantes com maior nível de escolarização empregaram mais a forma indicativa; no Rio de Janeiro, os falantes com escolaridade primária apresentaram 100% de uso dessa forma.

No tocante à variável gênero, esta não se mostrou relevante no processo de variação em relação à fala de Salvador. Na amostra do Rio de Janeiro,

o gênero feminino apresentou resultado significativo a favor da variante indicativa (0.80). Esse resultado demonstra o estágio avançado de penetração dessa forma no RJ.

Os resultados apresentados confirmam a expectativa da autora da existência de uma variedade diatópica no PB, pois em Salvador a frequência absoluta de uso da forma indicativa foi de 28% e no Rio de Janeiro de 95%.

A amostra de fala do português europeu (PE), da década de 70, não apresentou variação quanto à expressão do modo imperativo. Esse fato confirma a tese de que o PE e o PB apresentam gramáticas distintas. Um fato coincidente é que, tanto no português de Portugal quanto no brasileiro, o verbo *olhar* na forma imperativa apresenta-se num processo de discursivização.

A autora conclui procurando demonstrar que pode estar havendo uma fixação no uso da forma indicativa no Sudeste, aqui representado pela amostra do Rio de Janeiro, a qual estaria se propagando para o Nordeste.

3.7 ASPECTOS DO USO DO IMPERATIVO NA LINGUAGEM ORAL DO PESSOENSE – ALVES (2001)

Com esse trabalho, Alves (2001) objetiva descrever o fenômeno variável da expressão do imperativo na fala da comunidade pessoense, colaborando com a constituição do mapa lingüístico brasileiro e fornecendo objeto de comparação com os dados das demais regiões.

Para tanto, baseia-se na metodologia da Sociolingüística Quantitativa, submetendo os dados a tratamento estatístico. O *corpus* é formado por

sessenta entrevistas, devidamente gravadas e transcritas, de informantes participantes do Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba (VALPB).

Da mesma forma que nos outros trabalhos aqui relatados, o autor observa a alternância subjuntivo/indicativo na realização do modo imperativo referente à 2ª pessoa do singular; porém, a forma por ele considerada “padrão” é a indicativa e a forma inovadora é a subjuntiva. Foram estabelecidas como variáveis sociais o sexo dos informantes, a faixa etária e os anos de escolarização. Ao lado destas, as variáveis estruturais controladas foram: conjugação verbal, regularidade verbal, número da pessoa verbal, grupo semântico, saliência fônica, forma do imperativo (afirmativo/negativo) e emprego de pronome átono.

Das variáveis independentes estabelecidas, quatro foram selecionadas como relevantes pelo pacote de programas VARBRUL, os demais grupos foram excluídos por apresentarem somente estruturas subjuntivas nas poucas ocorrências encontradas, a saber: duas ocorrências com verbos anômalos (subfator do grupo regularidade verbal); duas ocorrências com as expressões *por favor*, *pelo amor de Deus* no grupo dos aspectos semânticos do verbo; seis ocorrências com o verbo *dar*, considerando-se a saliência fônica; no grupo *uso de pronomes átonos*, três ocorrências com *se* proclítico, duas com *me* enclítico e nove com *se* enclítico.

Entre os fatores escolhidos, os resultados demonstraram maior influência dos fatores lingüísticos sobre os sociais. Com relação ao grupo semântico, tendo como subfatores: 1- marcador discursivo, 2- ordem, 3- súplica, pedido, convite e 4- advertência, conselho, sugestão, o primeiro revelou-se o mais influente no uso da forma inovadora (subjuntivo) com um percentual de 78% e peso relativo de 0.72.

Considerando-se a conjugação verbal, obteve-se resultado semelhante aos demais estudos, sendo a 2ª conjugação favorecedora da forma subjuntiva (0.75) e as demais desfavorecedoras (1ª = 0.43; 3ª = 0.57).

O terceiro grupo, anos de escolarização, apresenta os falantes com escolarização intermediária (5 a 8 anos) como os que mais utilizam a variante inovadora (0.61). As faixas com maior (+ de 11 anos) e menor (nenhum ano) tempo de escolarização apresentam-se em ponto de neutralidade (0.53 e 0.50, respectivamente) e as duas próximas a estas – 8-11 anos e 1-4 anos – situam-se abaixo do ponto de neutralidade (0.35 e 0.43, respectivamente). Esse resultado mostra que não há estigmatização do fenômeno em estudo.

O último fator, emprego de pronome átono, apontou o contexto com *me* proclítico como favorecedor da forma subjuntiva (0.81), enquanto as estruturas com ausência de pronome átono apresentam-se abaixo do ponto de neutralidade (0.49), não contribuindo para a preferência da forma inovadora.

O estudo de Alves demonstrou que a linguagem oral da comunidade nordestina pessoense, ao contrário dos resultados dos trabalhos acima expostos, tem privilegiado o uso da forma subjuntiva (66% ou 471 das 721 ocorrências analisadas).

3.8 FORMAS VERBAIS IMPERATIVAS EM TIRAS DE JORNAIS PAULISTAS – BORGES (2004)

Borges (2004) estuda o fenômeno variável em questão em tirinhas⁴ publicadas nos jornais *O Estado de São Paulo* e *A Folha de São Paulo*, no intervalo

⁴ A saber (título ou autor): Turma da Mônica, Chiclete com Banana, Glauco, Adão Iturrusgarai, Caco Galhardo, Níquel Náusea, Laerte, Garfield, O Melhor de Calvin, Hagar, Recruta Zero.

temporal de um ano e meio. Afirma a autora ser esse um *corpus* riquíssimo de estruturas imperativas, pois apresenta situações de diálogo num registro muito próximo ao da linguagem popular, sem um grande monitoramento por parte dos autores, resultando em um texto mais espontâneo e, conseqüentemente, aproximando-se da linguagem falada.

Sua análise apresenta os resultados abaixo elencados, de acordo com cada fator lingüístico e extralingüístico estabelecido, considerando-se a forma indicativa como a forma variante e a subjuntiva como a forma padrão.

Analisando os fatores número e pessoa, a autora constatou que há preferência pela forma singular mesmo quando o auditório se compõe de um grupo de pessoas. Seus resultados mostram apenas 6,3% de uso da forma plural, com uso categórico da forma considerada padrão, fato já atestado pelas pesquisas de Scherre (2000, 2002) que justifica tal escolha devido a uma restrição sintática: a possibilidade de preenchimento do sujeito ou a interpretação de sujeito indeterminado. Considerando-se as ocorrências plurais, 36% referem-se à 1ª pessoa e 64% à 2ª, sendo esta representada pelo pronome vocês, e apresentando-se na forma subjuntiva. Quando os verbos correspondem à 2ª pessoa do singular, a forma variante indicativa representa 62,6% de uso.

O imperativo negativo também é pouco usado, apenas 8% dos dados, com o predomínio da forma subjuntiva (65,6%). Apesar dessa constatação, notamos a presença da variante indicativa em 34,4% dos dados, contrariando a prescrição da gramática normativa.

Os verbos antepostos pelos clíticos *me* e *se* favorecem o uso da forma variante indicativa em 71,4% e 75%, respectivamente, enquanto que a posposição do último leva categoricamente ao uso subjuntivo. Isso ocorre porque, se

a forma indicativa fosse usada, haveria possibilidade de preenchimento da posição de sujeito com interpretação de uma estrutura reflexiva ao invés de imperativa (Scherre, 2000). Na totalização das ocorrências com o pronome *se*, 59% dos dados apresentaram a forma subjuntiva.

O efeito gatilho, tendência do verbo a seguir a forma precedente, confirma-se na análise feita somando 72,3% dos dados (37,2% na forma variante e 35,1% na forma padrão).

Considerando-se a conjugação verbal como fator de favorecimento de uma ou outra forma, os resultados apresentam o favorecimento da forma variante pelos verbos de 1ª (61,6%) e 3ª (63,2%) conjugações. Os verbos de 2ª conjugação, em menor número na amostra, apresentaram-se na forma padrão (60%). Há que se considerar que os verbos de 1ª conjugação são os mais abundantes e os de 3ª são, em sua maioria, flexões dos verbos *ir* e *vir*.

Testando o fator vogal precedente [+/- aberta], a autora conclui, a partir de seus dados, que o grau de abertura da vogal do radical não estaria influenciando na escolha da forma imperativa a ser usada.

Posteriormente à análise dos fatores lingüísticos, Borges analisa a preferência das formas por autor e faixa etária (personagens crianças e adultos). Quanto à preferência dos autores há aparecimento categórico da forma padrão somente em duas tirinhas traduzidas, pois nas tirinhas brasileiras predomina a forma variante indicativa. As tiras de Maurício de Sousa e Bill Watterson, que apresentam personagens nas duas faixas etárias analisadas, revelam que as crianças tendem a usar a forma variante. Dentre as personagens adultas, os pais de Calvin (tiras de Watterson) favorecem o uso da variante, porém, a professora do menino, certamente pela pressão normativa, usa exclusivamente a forma padrão.

Na amostra estudada, a forma indicativa predomina, sendo 58,6% dos dados, num total de 399 ocorrências. A partir desses números, a autora conclui que a função imperativa é suprida por formas verbais conjugadas nos modos indicativo ou subjuntivo e que não seria apressado afirmar que o modo imperativo já não existe no PB enquanto modo independente e oposto aos demais.

3.9 A EXPRESSÃO DO IMPERATIVO NA LINGUAGEM INFANTIL E NA ESCRITA DO SÉCULO XIX - SMANIOTTO (2003)

3.9.1 O uso do modo imperativo na fala de crianças em fase de aquisição da linguagem

Com o intuito de verificar como as crianças em fase de aquisição da linguagem - 2 e 3 anos de idade – utilizam o modo imperativo para dar ordens e fazer pedidos, propusemos uma brincadeira, como “*O chefe/nome da criança manda*”, a dez crianças de uma mesma classe de maternal. Os verbos propostos foram: *levantar, pular, pegar, guardar, fechar, falar, correr, fazer, trazer, ver, comer, beber, dormir, abrir, sair*. Dos dados gravados e/ou anotados foram considerados válidos 101 e uma análise preliminar dessa amostra nos permite apontar os seguintes resultados:

Considerando-se o fator idade, as crianças com menos de 3 anos apresentaram 16 ocorrências de flexão verbal na forma indicativa e 28 na forma subjuntiva. As com mais de 3 anos apresentaram 31 ocorrências na forma indicativa e 26 na forma subjuntiva.

Os dados mostram que nesta faixa etária, fase das definições de mudanças lingüísticas, ocorre variação na expressão do imperativo quanto às formas indicativa e subjuntiva. Porém, o pequeno número de dados e a somatória das ocorrências, não nos permite afirmar que o uso mais corrente entre crianças dessa faixa etária é a forma subjuntiva, pois a diferença entre a escolha da forma indicativa e da subjuntiva é de apenas 7 ocorrências privilegiando esta última forma.

Comparando-se as formas regulares às irregulares evidenciamos que houve mais dificuldade por parte dos informantes em utilizar a forma imperativa dos verbos irregulares. Este pode ser um indício de que a aquisição das formas regulares acontece antes das irregulares. Dos dez verbos regulares apresentados, temos 76 ocorrências válidas. Destas, 37 apresentam-se na forma indicativa e 39 na forma subjuntiva. Dos cinco verbos irregulares, com 25 ocorrências válidas, temos 10 associados à forma indicativa e 15 relacionados ao subjuntivo. Também com relação a essa variável, os dados totais mostram uma diferença de apenas 7 ocorrências entre a associação com a forma subjuntiva (54) e com a forma indicativa (47).

Quanto à variável conjugação verbal, os verbos de 1ª conjugação apresentaram 17 ocorrências na forma indicativa e 31 na forma subjuntiva. Os verbos de 2ª conjugação apresentaram 17 ocorrências na forma indicativa e 13 na forma subjuntiva. Das 23 ocorrências de verbos de 3ª conjugação, 13 apresentaram-se na forma indicativa e 10 na forma subjuntiva. Surpreendentemente, o maior índice de utilização da forma subjuntiva apresenta-se nos verbos de 1ª conjugação, a diferença entre o uso das duas variantes nos verbos de 2ª e 3ª conjugações é de apenas 4 e 3 ocorrências, respectivamente.

Considerando-se a variação individual, o uso das formas indicativa e subjuntiva oscila muito, igualando-se em alguns casos (2 falantes), sendo quase semelhantes em outros (3 falantes) e apresentando predomínio de um ou outro (5 falantes) na maioria. Com toda essa oscilação, não se pode determinar que, durante o período da aquisição, as crianças, cuja fala foi analisada, estejam privilegiando uma ou outra forma associada ao modo imperativo.

A única evidência que temos, a partir dessa amostra, é que os pares advindos do presente do indicativo e do presente do subjuntivo (*levanta/levante, pula/pule, pega/pegue*) coexistem e se alternam para dar ordens ou fazer pedidos para um interlocutor (a 2ª pessoa do discurso) no momento da enunciação desde o início da utilização do modo imperativo pelos falantes do PB.

3.9.2. A expressão variável do imperativo em textos jornalísticos do século XIX

Nesse trabalho investigamos a expressão do modo imperativo, analisando textos jornalísticos (anúncios e cartas de leitores e de redatores⁵) do século XIX, a fim de constataremos a presença das variantes indicativa e subjuntiva na manifestação desse modo e a possível relação dessas formas com os pronomes de 2ª pessoa gramatical (*tu, vós*).

Os dados coletados foram analisados segundo restrições lingüísticas e não-lingüísticas, sob a perspectiva da Teoria da Variação Laboviana. A partir dos resultados desse estudo, comparados aos resultados de estudos recentes,

⁵ GUEDES, M.; BERLINCK, R.A. (orgs). *E os preços eram commodos... anúncios de jornais brasileiros século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.
BARBOSA, A.; LOPES, C.(orgs) *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do séc. XIX: cartas de leitores e cartas de redatores. (no prelo)* Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

estabelecemos uma visão, embora parcial, das mudanças que já ocorreram com a expressão do imperativo.

Passando à análise dos dados, faz-se necessário considerar, quanto aos anúncios, que estes, em sua maioria, apresentam uma estrutura mais rígida, inclusive utilizando-se repetidamente alguns verbos, como a presença maciça do verbo *dirigir-se*. Das 299 ocorrências do modo imperativo em anúncios, 138 estruturas, 46,1%, apresentam a forma flexionada *dirija-se*. Nas cartas, separadas em cartas de leitores, que supostamente podem apresentar uma linguagem mais espontânea, e cartas de redatores, 387 ocorrências foram encontradas. Num total de 686 ocorrências, foram consideradas as estruturas imperativas diretas. Desconsideramos as ocorrências imperativas na 1ª pessoa do plural, que somaram 42 dados.

Os dados foram agrupados de acordo com o tipo de texto – anúncios, cartas de leitores e cartas de redatores – e por estados – Bahia, Minas Gerais, Paraná,

Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina (este último presente só nos anúncios).

Estabelecemos como variáveis lingüísticas independentes: a polaridade da estrutura, a presença/ausência de pronome: tipo, posição e pessoa, a pessoa do discurso (*tu/você, vós/vocês*), paradigma verbal, número de sílabas e apresentação da forma verbal (simples ou composta). Não consideramos somente os pronomes *você/vocês*, no contexto discursivo de 2ª pessoa, tendo em vista que no século estudado a presença de *tu* e *vós* ainda era uma das formas de tratamento para o interlocutor.

Considerando a variável tipo de texto, dos 686 dados, 265 são encontrados em cartas de leitores, 38,6% do total. Nas cartas de redatores, 17,7 % do total das ocorrências, somamos 122 dados. E nos anúncios, textos de estrutura mais rígida e que nos apresentam muitas repetições, totalizamos 299 dados, 43,5% do total. Apesar de considerarmos todas as aparições do verbo dirigir-se, lembremos que eles totalizam 46,1% do total das ocorrências nos anúncios e que isso pode mascarar os resultados. A tabela abaixo apresenta a distribuição das formas indicativa e subjuntiva por tipo de texto.

Tabela 1 - Distribuição das ocorrências por tipo de texto e formas associadas ao imperativo

			FORMA INDICATIVA		FORMA SUBJUNTIVA	
Carta de leitores	265/686	38,7%	44/265	16,6%	221/265	83,4%
Carta de redatores	122/686	17,8%	36/122	29,5%	86/122	70,5%
Anúncios	299/686	43,5%	5/299	1,6%	294/299	98,4%
TOTAL	686	100%	85/686	12,4%	601/686	87,6%

(Extraído de Smaniotto, 2003b, p.25)

Podemos depreender desses resultados que o uso da forma subjuntiva é predominante em ambos os tipos de textos, pois já no século XIX é maciça a presença do pronome *você(s)*, e de outros pronomes de tratamento como *Vossa Excelência*, *Vossa Senhoria*, *Vossa Mercê* (*vosmecê*, *vossuncê*). Não há ocorrências da forma indicativa associada ao pronome *você* como vem sendo atestado nos estudos dos séculos XX e XXI. As ocorrências na forma indicativa estão relacionadas aos pronomes *tu* e *vós*.

Os resultados obtidos, analisando-se a polaridade da estrutura, nos mostram que o uso do imperativo afirmativo está 100% de acordo com as tradições da norma gramatical, ou seja, as ocorrências que apresentam os pronomes *tu* e *vós* associam-se à forma indicativa, sem o *-s* final, e as demais associam-se à forma subjuntiva. Das estruturas de polaridade negativa, apenas 48 das 686 (7%), todas

provêm do subjuntivo, conforme dita a norma, inclusive as 12 ocorrências relacionadas a *tu* e *vós*.

Consideramos que a relação com a forma indicativa está condicionada pelo uso dos pronomes *tu* e *vós* que ainda eram usados como forma de tratamento do interlocutor no contexto discursivo. Sendo assim, não encontramos variação, em relação à norma-padrão, influenciada pela polaridade da estrutura.

O terceiro fator analisado, presença/ausência de pronome: tipo, posição e pessoa, demonstra que, nas estruturas em que o verbo não vem acompanhado por pronome, a maioria das ocorrências apresentam-se na forma subjuntiva. Entretanto, a forma indicativa atinge um percentual de 16,5%, o que revela a associação da forma indicativa com os pronomes de 2ª pessoa *tu* e *vós*.

Entre os verbos acompanhados por pronomes notamos o favorecimento da forma subjuntiva, 91,6% das ocorrências. Os pronomes oblíquos e pospostos aparecem na forma subjuntiva em percentuais de 91,5% e 90%, respectivamente. Porém, ainda encontramos pronomes de 2ª pessoa, associados à forma indicativa em 8,5% e 10%, indicando que os textos analisados apresentam uma correspondência pronominal de 51,8%, pois em 27 estruturas indicativas somamos 14 pronomes de 2ª pessoa. Tornamos a repetir que a associação com a forma indicativa está relacionada ao uso dos pronomes *tu* e *vós*.

O uso do pronome reto posposto ao verbo no imperativo, em estruturas como “deixa eu...”, que os estudos de Scherre mostram como favorecedor da forma indicativa, foi encontrado somente duas vezes (“receba ella...”, “queirão elles pois aceitar...”) em 310 ocorrências e na forma subjuntiva. Isto confirma a afirmação da autora sobre esse fator ser novo na fala do PB.

Os resultados nos mostram a presença maciça de pronomes de 3ª pessoa (se, lhe(s), o(s), a(s)) (82,5%), apresentando um uso quase categórico da forma subjuntiva (98%). Dos pronomes de 2ª pessoa (te,vos), apenas 6,5% do total, 70% estão associados à forma indicativa. Os pronomes de 1ª pessoa (me, nos), 11% do total, apresentam uma percentagem de 76,5% de associação com a forma subjuntiva. Consideramos, também a percentagem expressiva de 23,5% de pronomes de 1ª pessoa que acompanham o verbo no imperativo associado à forma indicativa.

Quanto à pessoa do discurso, detectamos que, no período enfocado, século XIX, o processo de implementação de *você(s)* como pronome de 2ª pessoa do discurso já estava bem avançado. Essa implementação determina a flexão do imperativo associado à forma subjuntiva, já que as únicas formas oriundas do indicativo perdem terreno.

As percentagens indicam que apenas 12,2% das ocorrências estão associadas ao indicativo, percentagem semelhante a da presença dos pronomes *tu* e *vós* nos dados, que é de 13,8%. Com os pronomes *você/vocês* a associação à forma subjuntiva é categórica. Esta situação modificou-se muito em comparação com os dados de Scherre (2003), que indicam 7% de associação com o indicativo em 1970 e 57% em 1998 e 1999, no contexto discursivo do pronome *você*. Há de se considerar que a tipologia textual difere, já que os dados do século XIX são de textos jornalísticos e aqueles de histórias em quadrinhos, contexto dialógico bem marcado.

Estranha-nos a presença do pronome *vós*, que teria se arcaizado antes do *tu*. A presença desses pronomes poderia estar denotando um tratamento mais cerimonioso dos redatores para com os leitores e dos leitores para com seus destinatários.

Os resultados do quinto fator analisado, paradigma verbal, mostra que tanto os verbos regulares quanto os irregulares apresentam uma distribuição semelhante entre as formas indicativa e subjuntiva, sendo 12% na forma indicativa e 87% na forma subjuntiva. Não há indícios de que o fator regularidade favoreça a forma indicativa ou a subjuntiva, a diferença de percentagem se deve à quantidade superior de ocorrências associadas à forma subjuntiva.

Considerando o fator número de sílabas, os verbos dissílabos e trissílabos aparecem em maior número, enquanto que os monossílabos e os polissílabos aparecem em menores percentagens. Não podemos determinar pela análise desses dados se o número de sílabas influencia a associação com uma ou outra forma, pois a percentagem associada à forma indicativa (12,5%) equivale ao número de ocorrências indicativas totais e o mesmo acontece com as subjuntivas. A maior diferença de percentagem é constatada entre os verbos trissílabos, com 93,3% das ocorrências associadas à forma subjuntiva e 6,7% à forma indicativa.

Quanto à apresentação da forma verbal, as formas compostas (perífrase) apresentam-se quase categoricamente na forma imperativa associada ao subjuntivo (97,6%). Também há o predomínio da forma subjuntiva nas formas simples (86%). A percentagem de formas simples associadas ao indicativo é semelhante à percentagem total de formas imperativas associadas ao indicativo.

Com relação ao vocativo, constatamos em nossos dados que a forma indicativa está associada à estrutura que o apresenta. Esta variável assegura a leitura imperativa da forma indicativa e já é atestada na escrita do século XIX.

Dessa forma, os resultados aqui apresentados revelam que a produção da forma indicativa, bastante reduzida nos textos jornalísticos do século

XIX, cresceu consideravelmente ao longo do século XX, apontando para um processo de mudança em curso.

Os estudos aqui relatados demonstram que o modo imperativo sofre variação tanto na fala como na escrita. A última, por ser mais conservadora, resiste ao processo de mudança lingüística, freando o uso da forma variante em suas manifestações. O trabalho de Abreu mostra a predominância da forma subjuntiva nas obras do escritor baiano Jorge Amado, porém o trabalho de Borges, analisando quadrinhos dos anos de 2002 e 2003, revela uso dominante da forma indicativa. Devemos considerar nesta comparação o período de tempo da escritura dos textos e a tipologia textual, pois os quadrinhos, por serem constituídos por diálogos, apresentam um contexto favorecedor da forma indicativa na expressão do imperativo.

A análise da linguagem falada na região do Distrito Federal, na mídia televisiva e nos estados da Bahia, Paraíba e Rio de Janeiro, revela que o fenômeno também apresenta variação diatópica. Nos estados da Bahia e Paraíba, a forma subjuntiva é favorecida enquanto nos demais estados citados a forma variante indicativa apresenta-se em processo avançado de utilização.

A importância em descrever esses estudos reside no fato de que a comparação entre eles e os resultados por nós obtidos na análise de histórias em quadrinhos poderá delinear os rumos que a variação do imperativo tem tomado tanto na fala como na escrita.

CAPÍTULO 3: Metodologia



4 CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

4.1 VARIAÇÃO E MUDANÇA

Segundo Tarallo (2002) “nem tudo o que varia sofre mudança; toda mudança lingüística, no entanto, pressupõe variação.(...) Mudança é variação!” O que determina uma mudança é a “morte” de uma das variantes e a estabilidade (não se sabe até quando) da outra. Lembremos que a mudança se processa de maneira contínua, lenta e gradual e que cada estado de língua, definível no presente ou em qualquer ponto do passado, é sempre resultado de um longo e contínuo processo histórico, no qual ocorrem períodos de coexistência e concorrência das formas em variação até a vitória de uma sobre a outra. A mudança mostra-se num padrão chamado curva em S, pois apresenta uma velocidade de difusão lenta no início, ganha velocidade na metade e volta a ficar lenta no final. Daí a importância dos estudos em tempo real, que utilizam o contraste entre manifestações lingüísticas afastadas entre si no tempo, servindo-se de materiais lingüísticos de análise que se aproximam ou procuram retratar a fala de diferentes camadas sociais.

Numa perspectiva variacionista quantitativa, metodologia adotada na maioria dos estudos sobre variação realizados no PB, a preocupação reside em desvendar a heterogeneidade da língua, ou seja, como a variação se organiza. Sendo assim, os estudos que se baseiam na Teoria da Variação e Mudança de Labov, procuram descrever as regras variáveis do sistema lingüístico a partir de fatores lingüísticos e extralingüísticos. Os sociolingüístas assumem que a língua é um sistema heterogêneo e a variação lingüística, inerente a esse sistema, não é aleatória ou livre, mas sistemática, podendo ser descrita e analisada numa

perspectiva sincrônica e/ou diacrônica. Partindo desse pressuposto, o fenômeno variável estudado neste trabalho está ancorado no modelo teórico da Teoria da Variação Laboviana numa perspectiva de análise em tempo real, a fim de investigarmos se o modo imperativo apresenta uma variação estável ou se um processo de mudança lingüística está se delineando.

Do ponto de vista lingüístico, as variedades coexistentes se equivalem, não podemos diferenciá-las em termos de melhor ou pior, de certa ou errada, pois todas têm sua gramática e servem para articular a experiência do grupo que as usa. A variação do imperativo, conforme já dissemos, não apresenta estigma social.

Lembremos que a escrita é sempre mais conservadora do que a fala e que há um afastamento normal entre elas, verificado em qualquer língua representada graficamente. Como lembra Labov (apud Mollica e Braga, 2003), as estruturas que sobrevivem nos textos escritos constituem o resultado de um esforço em direção à norma culta escrita, possibilitando que muitas formas que já desapareceram na fala continuem persistindo na escrita. Isto poderia mascarar um maior ou menor uso de uma variante. Entretanto, esses documentos são representativos de um determinado período e testemunham as formas existentes em uma dada sincronia e desaparecida em outra, além de registrar os primeiros passos de um processo de mudança.

Devemos também considerar a regularidade do processo de mudança, ou seja, a língua de ontem não era, em sua essência, diferente da língua de hoje e as forças que impulsionam as mudanças no presente são semelhantes as que impulsionaram mudanças operadas no passado.

As mudanças ocorrem nos níveis fonológicos, morfológicos, sintáticos, lexicais e semânticos. Uma mudança em um desses componentes gramaticais pode levar a alterações em outro (encaixamento lingüístico). Como vimos no capítulo 1, alterações no sistema pronominal, com o advento do pronome *você*, provocaram alterações na composição do modo imperativo.

4.2. METODOLOGIA DE ANÁLISE

Para a análise do fenômeno variável em questão procedemos à realização de algumas etapas imprescindíveis que antecedem a utilização do programa estatístico denominado VARBRUL. Primeiramente, delimitamos nossa variável dependente: a expressão do modo imperativo na forma indicativa. Em seguida, fizemos o levantamento de todas as ocorrências imperativas, referentes à 2ª pessoa do discurso, presentes nas narrativas das histórias em quadrinhos.

A etapa seguinte foi estabelecer as variáveis independentes, fatores lingüísticos e extralingüísticos, que supúnhamos terem influência na realização de uma ou outra forma de expressão do imperativo, e designar um código para cada uma delas. Cada ocorrência de imperativo foi codificada, como no exemplo abaixo, no programa *Qedit* e transposto à versão VARBRUL para ambiente *Windows*, denominada *Goldvarb 2001*.

(SpAr1ZeK7 - “Parem com isso!”)

S= forma subjuntiva;
p= plural;
A= polaridade afirmativa;
r=verbo regular
1= 1ª conjugação;

Z= forma verbal simples;
e= ausência de pronome;
K= história brasileira;
7= década de 70

Segundo Scherre e Naro (2003), esse novo pacote executa de forma mais amigável para quem não conhece DOS, as mesmas tarefas do *Checktok*, *Readtok*, *Makecell*, *Ivarb* e *Crosstab*⁶.

O próximo passo foi submeter os dados codificados à aplicação do programa. O programa Goldvarb 2001, inicialmente, especifica os fatores de cada grupo e, em seguida, apresenta a frequência absoluta (número de casos da variante focalizada e o total de casos das duas variantes) e a frequência relativa (percentual) da variante especificada para cada fator determinado. Os dados que evidenciaram efeito categórico, ou seja, a não variação (*Knockout*), foram retirados das rodadas submetidas à análise de pesos relativos por meio de falsificações, senão o programa simplesmente não executa os cálculos. Entretanto, tais dados não foram excluídos da análise lingüística.

Esse programa trabalha com níveis diversos de análise, efetuando comparações sucessivas e progressivas entre as variáveis independentes e projetando pesos relativos para seus respectivos fatores. De acordo com Scherre e Naro (2003), este método, denominado de *step up*, inicia-se no nível zero, com a projeção do *input*, efetua no nível 1 a comparação de cada uma das variáveis com a média global corrigida ou *input*, e trabalha sucessivamente até que as variáveis independentes adicionadas não sejam mais selecionadas, isto é, não tenham relevância estatística. Terminada a seleção das variáveis significativas, o programa passa a trabalhar de forma inversa (*step down*), e tem como finalidade verificar se as variáveis não selecionadas são também eliminadas. Para fenômenos binários, como

⁶ Os programas dessa versão têm por funções: preparar os dados para serem submetidos a análises diversas (*Checktok* e *Readtok*); produzir resultados percentuais, incluindo a preparação dos dados para a análise de pesos relativos (*Makecell*); projetar os pesos relativos para análises binárias (*Ivarb*); efetuar tabulação cruzada de duas variáveis independentes previamente estabelecidas (*Crosstab*). Scherre e Naro in Mollica & Braga, 2003.

o abordado neste trabalho, probabilidades maiores do que 0,50 favorecem a aplicação da variante indicativa, enquanto probabilidades menores do que 0,50 apontam seu pouco favorecimento, observando-se neutralidade nas probabilidades próximas a 0,50. Vale ressaltar que a comparação entre os valores associados aos pesos relativos é mais relevante do que os valores observados isoladamente.

Para a seleção das variáveis, o programa trabalha com um nível de significância que, quanto mais próximo de zero for, indicará uma certeza estatística de que os valores gerados pelo modelo estão adequados aos valores observados. O programa trabalha também com o teste de verossimilhança máxima (*log likelihood*), que mede o grau de adequação do modelo logístico aos dados.

Para finalizar, cruzamos os resultados de cada grupo com o grupo de fatores período de tempo (*Cross tabulation*), a fim de determinar como cada fator se comportava na influência da variante indicativa em cada década estudada. Em rodadas separadas, década a década, verificamos quais variáveis seriam selecionadas como relevantes na produção da forma variante indicativa.

De posse dos resultados numéricos passamos à análise lingüística dos mesmos. Scherre e Naro (2003) alertam: “Nunca é demais repetir que a estatística é apenas um instrumento valioso que pode nos auxiliar a entender um pouco mais o comportamento dos fenômenos lingüísticos.”

4.3 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

A expressão do imperativo sofre variação não só na fala mas também na escrita. Estudos atestam que essa variação é amplamente observada em diálogos de histórias em quadrinhos, diálogos de obras de escritores diversos, letras

de músicas e poemas. Também são encontrados exemplos dessa variação, porém em menor quantidade, na escrita sem diálogo, como propagandas, cartazes, etc. (Scherre, 2002)

Optamos pelas revistas de histórias em quadrinhos da Walt Disney para constituir nosso *corpus*. A linguagem utilizada nesse tipo de texto é considerada, tradicionalmente, como representação do oral. Entretanto, temos que considerar que na condição de texto impresso, além da característica mais cuidada e conservadora, a linguagem das histórias em quadrinhos passa por uma revisão editorial. Apesar disso, constitui uma fonte rica na expressão do imperativo e é acessível à grande parte da população letrada e também iletrada.

Menon et al (2003) destacam a importância de um estudo de linguagem a partir dos textos das histórias em quadrinhos (HQ):

As HQ devem, também, merecer destaque no tocante ao papel que têm: muitas vezes, é o único tipo de leitura de alguns grupos sociais. E, nesse aspecto, o português aí veiculado também se reveste de importância: enquanto manifestação lingüística de uma comunidade, num determinado tempo e espaço, essa linguagem, ao ser registrada, reveste-se de significado na medida em que os textos devolvem a seus leitores as formas lingüísticas por eles utilizadas. Nesse processo eles se tornam agentes importantes na disseminação da diversidade oral e, por que não, no processo de mudança lingüística. (Menon et al., 2003)

Outro fator a considerar é a existência de histórias traduzidas ao lado das histórias produzidas aqui no Brasil. As revistas das duas primeiras décadas (50 e 60) trazem somente histórias escritas em outros países e traduzidas pela Editora Abril quando de seu lançamento no Brasil a partir de julho de 1950. A partir da década de 70, escritores brasileiros ligados à Editora Abril e à Disney americana aumentaram a produção nacional com os personagens Disney e outros que foram sendo criados aqui. Para que a análise não seja prejudicada pela interferência das características de um texto traduzido estaremos controlando o fator origem das

histórias. Temos consciência de que os textos traduzidos podem sofrer um maior monitoramento quanto ao uso da norma enquanto que os textos escritos por brasileiros estariam sujeitos a uma maior utilização da forma variante já presente na fala e internalizada pelo redator.

Devemos esclarecer também que muitas histórias ou não apresentavam o código especificando sua origem ou não foi possível identificá-lo devido à má qualidade das fotocópias de algumas revistas.

Os exemplares consultados cobrem um período de meio século (da década de 50 até o ano de 2003) e foram adquiridos em lojas de livros usados e na Casa da Memória da Fundação Cultural de Curitiba. Escolhemos as revistas da Walt Disney porque as revistas brasileiras publicadas no mesmo período são de difícil obtenção ou não tiveram periodicidade muito grande, o que tornaria inviável um estudo de mudança lingüística.

4.4 ESTABELECIMENTO DAS VARIÁVEIS

4.4.1 Variável dependente

Considerando-se o pronome *você* como de uso quase categórico no PB para representar o interlocutor, a forma básica para representar a 2ª pessoa do modo imperativo seria a forma subjuntiva, já citada por Faraco (1982) com o verbo *cantar* (*cante/não cante*). Entretanto, observamos que o falante também utiliza a forma indicativa para manifestar um pedido, uma ordem, uma súplica, etc. (cf. ex. *canta/não canta*).

Dessa forma, estabelecemos como variável dependente na expressão do modo imperativo a forma indicativa. As variantes que compõem a variável dependente são: forma indicativa e forma subjuntiva. A forma subjuntiva será considerada a forma padrão e a forma indicativa a variante.

4.4.2 Variáveis independentes

A produção de uma das variantes (indicativa ou subjuntiva) é condicionada por fatores lingüísticos e extralingüísticos. Verificaremos quais dos seguintes fatores condicionadores são considerados relevantes na opção por uma ou outra variante.

4.4.2.1 Variáveis lingüísticas:

- Número da 2^a pessoa verbal: singular ou plural;
- Polaridade da estrutura: afirmativa ou negativa;
- Paradigma verbal: verbos regulares ou verbos irregulares;
- Conjugação verbal: 1^a, 2^a ou 3^a conjugação;
- Morfologia da forma verbal: simples ou locução verbal;
- Presença ou ausência de pronomes (tipo, posição e pessoa): pronome reto posposto, pronome oblíquo de 1^a pessoa anteposto, pronome oblíquo de 3^a pessoa anteposto, pronome oblíquo de 1^a pessoa posposto, pronome oblíquo de 3^a pessoa posposto, ausência de pronomes;

- Paralelismo formal (efeito gatilho): subjuntivo-subjuntivo, indicativo-indicativo, subjuntivo-indicativo, indicativo-subjuntivo.

4.4.2.2 Variáveis extralingüísticas:

- Origem das histórias: brasileiras ou estrangeiras;
- Período de tempo: décadas de 50, 60, 70, 80, 90 e 2000 a 2003.

No próximo capítulo, passaremos à descrição dos resultados fornecidos pelo programa acima citado, acompanhado de uma análise qualitativa, com o objetivo de interpretarmos o rumo que a variação do imperativo está tomando.

CAPÍTULO 4: Análise do imperativo em tempo real



PD, 2266, 2003, p. 27

5 CAPÍTULO 4: ANÁLISE DO IMPERATIVO EM TEMPO REAL

Neste capítulo analisaremos a variação do modo imperativo, em suas formas indicativa e subjuntiva, apresentada na linguagem das histórias em quadrinhos. Primeiramente, apresentaremos os números totais relacionados à variável dependente e algumas considerações importantes. Num segundo momento, discutiremos grupo a grupo os resultados apresentados pelo programa VARBRUL aos fatores condicionadores.

5.1 A VARIÁVEL DEPENDENTE

Foram estabelecidas como variantes na expressão do modo imperativo as formas indicativa e subjuntiva. A tabela abaixo nos apresenta baixa frequência no uso da forma variante indicativa. Esses números serão mais bem entendidos após a análise das variáveis independentes.

Tabela 2 - Frequência de uso do imperativo nas formas indicativa e subjuntiva

Variável dependente	Nº de ocorrências/Total	Frequência	Input
Indicativa	367/2468	15%	0,15
Subjuntiva	2101/2468	85%	0,85

Dos 2468 dados apenas 15% manifestaram-se na forma variante indicativa, ou seja, 367 ocorrências. Ressaltamos que na quase totalidade das ocorrências a associação se faz com os modos indicativo e subjuntivo e não com os pronomes *tu* e *vós*. Temos apenas 13 ocorrências da década de 50 em que fica clara a relação com o pronome de 2ª pessoa do singular (*tu*), como nos exemplos:

“Fantasma ou o que *sejas, chupa esta!*”, “*Ouve! Tu és...*”, “*Ouve! O porquinho...*”, “*Desaparece! Tu não és...*”, e 1 ocorrência relacionada ao pronome de 2ª pessoa do plural (*vós*): “*Tremei, bandidos!*”. As ocorrências que fazem associação com o pronome *tu*, são falas de um único personagem de histórias da década de 50, o Lobão. É interessante notar que o personagem adulto, Lobão, utiliza-se da forma padrão conforme a gramática tradicional apregoa, enquanto seu filho, Lobinho, utiliza-se da forma subjuntiva, pois esta concorda com o pronome *você*. Este fato poderia estar revelando um processo de mudança no qual as alterações no sistema pronominal interferem na expressão do imperativo. O exemplo de associação com o pronome *vós* explica-se pelo fato de que é falado pelo “herói” Morcego Verde em meio a uma perseguição. O uso dessa forma poderia denotar maior autoridade.

Os dados foram coletados em 60 exemplares das revistas Disney, sendo 10 de cada período de tempo estipulado, assim distribuídos:

Tabela 3 - Número de ocorrências por década e revistas consultadas

	DÉCADA DE 50	DÉCADA DE 60	DÉCADA DE 70	DÉCADA DE 80	DÉCADA DE 90	2000 A 2003	TOTAL
Revistas consultadas	O Pato Donald	O Pato Donald	O Pato Donald, Zé Carioca	O Pato Donald, Margarida, Pateta, Mickey, Zé Carioca	Mickey, Zé Carioca	O Pato Donald, Zé Carioca, Mickey	60 exemplares
Número de dados	481	361	342	376	562	346	2468
%	19%	15%	14%	15%	23%	14%	100%

O número total de dados – 2468 – equivale às ocorrências consideradas válidas para a análise, ou seja, aquelas referentes às 2ªs pessoas do singular e do plural no modo imperativo. Foram descartadas as estruturas de 1ª

pessoa do plural, tais como: “*vejamos*”, “*não o percamos*”, “*enfoquemos*”, etc.. Além destas, frases feitas, gírias e formas contraídas, exemplificadas no parágrafo seguinte, também foram eliminadas por apresentarem formas que já se cristalizaram e que dificilmente sofrem variação. Entretanto, tais expressões denotam a preferência dos falantes por uma das variantes do modo imperativo.

As expressões: “*Chega mais.*”, “*Larga brasa!*”, “*Corta essa!*”, “*Vê se pode...*”, “*Fica frio!*” e as formas contraídas “*Peraí*”, “*Peralá*” (espera aí, espera lá) e “*Xá comigo*” (deixa comigo) apresentam-se na forma indicativa. O verbo *imaginar*, nas formas *imagine* e *imagina*, apresenta variação, mas foi descartado quando não denotava um pedido. A fórmula de polidez “*Tenha a bondade de ...*” também foi eliminada, por ser uma forma de atenuação da ordem que não sofre variação, pois a forma indicativa “*Tem a bondade de...*” permitiria o preenchimento do sujeito com os pronomes *ele/ela* e perderia a conotação de imperativo. A expressão “*Não diga!*” foi excluída quando representava uma ironia. Apesar de apresentar-se na forma subjuntiva, essa expressão pode ser ouvida na forma indicativa “*Não diz!*”. As expressões “*Salve-se quem puder*”, “*Deixe estar*” e “*Diga, amizade!*” apresentam-se na forma subjuntiva. A primeira não admite variação pelos mesmos motivos que a fórmula de polidez acima apresentada.

A seguir analisaremos os números apresentados pelo programa VARBRUL para cada grupo de fatores condicionadores. É importante relatarmos que foi feita uma falsificação nos dados, pois os grupos 1 e 8 apresentaram nocaute (ou seja, ausência de indicadores de variação) no que se refere à forma subjuntiva na expressão do imperativo plural e na década de 60, respectivamente. Dessa forma, uma ocorrência plural da década de 60 que apresentava a forma subjuntiva foi

alterada de modo a apresentar a forma indicativa, permitindo ao programa a continuidade dos cálculos.

5.2 AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Dos oito grupos de fatores propostos, foram selecionados como estatisticamente relevantes os grupos: 1 - número da 2ª pessoa verbal: singular ou plural; 2 - polaridade da estrutura: afirmativa ou negativa; 4 - conjugação verbal: 1ª, 2ª ou 3ª conjugação; 6 - presença ou ausência de pronomes (tipo, posição e pessoa); 7 – origem das histórias: brasileiras ou estrangeiras; 8 - período de tempo: décadas de 50, 60, 70, 80, 90 e 2000 a 2003. Não foram, portanto, selecionadas com valor estatístico, as variáveis dos grupos 3 e 5: paradigma verbal (verbos regulares ou verbos irregulares) e morfologia da forma verbal (simples ou locução verbal).

Iniciaremos pela análise das variáveis selecionadas. Primeiramente, com os resultados que representam a totalidade dos números de cada variável e, em seguida, analisamos a interferência dessa variável década a década. Prosseguimos com algumas considerações sobre as variáveis não selecionadas e sobre a variável paralelismo formal, analisada separadamente. Os resultados apresentados nas tabelas expressam os números, as freqüências e o peso relativo probabilístico do emprego da forma indicativa em função das variáveis.

5.2.1 Número da 2ª pessoa verbal:

As ocorrências no singular são predominantes no *corpus* pesquisado, 76,3% do total. Destas, apenas 19,5% (367/1883) apresentam-se na forma variante indicativa. Comparando nossos resultados aos de Borges (2004), percebemos que, no *corpus* por ela analisado, a frequência da forma variante indicativa foi bastante superior (62,6%), apesar dos tipos de textos serem semelhantes. O referido estudo analisa quadrinhos dos anos de 2002 e 2003 enquanto que os dados por nós analisados refletem a somatória do uso da variante em meio século.

Quanto ao uso do imperativo plural, nossos dados confirmam o que já foi atestado em outros estudos (Scherre, Borges, Alves), ou seja, não ocorre variação no imperativo plural. A questão é de natureza sintática, pois, se a forma indicativa fosse usada, haveria a possibilidade de preenchimento do sujeito pelos pronomes *ele/ela*, o que causaria um estranhamento sintático. Desse modo, o uso da forma subjuntiva assegura a leitura imperativa.

Tabela 4 - O uso da forma indicativa do imperativo em função do número da pessoa verbal

Variável / % no corpus	Nº de ocorrências/Total	Frequência	Peso relativo
Singular (76,3%) ⁷	367/1883	19,5%	0,775
Plural (23,7%)	0/585	0%	0
TOTAL	367/2468	15%	

Os exemplos 1 e 2 apresentam o imperativo singular na forma indicativa e o imperativo plural na forma subjuntiva, respectivamente.

(1) MK, 497,1991, p.81

⁷ A partir desta tabela, os números (%) apresentados junto aos fatores indicam a percentagem de dados de cada fator no *corpus*.



(2) MK, 583, 1998, p.60



Vejamos como esse fator influencia no uso da forma indicativa década a década, a fim de testarmos nossa hipótese de que o uso da forma variante está crescendo no decorrer do tempo.

Tabela 5 – Frequência de uso da forma indicativa em função do número da pessoa verbal no decorrer do tempo

50 n° de ocorrências/ %	60 n° de ocorrências/ %	70 n° de ocorrências/ %	80 n° de ocorrências/ %	90 n° de ocorrências/ %	2000 – 2003 n° de ocorrências/ %
----------------------------------	----------------------------------	----------------------------------	----------------------------------	----------------------------------	-------------------------------------------

Singular	13/368 4%	0/255	3/236 1%	40/302 13%	208/456 46%	103/266 39%
Plural	0/113 0%	0/106	0/106 0%	0/74 0%	0/106 0%	0/80 0%
TOTAL	13/481 3%	0/361	3/342 1%	40/376 11%	208/562 37%	103/346 30%

Os resultados acima nos apresentam o imperativo singular como favorecedor da forma variante indicativa e o imperativo plural como invariável, sendo expresso de acordo com a norma, ou seja, na forma subjuntiva (cf. ex. 2).

O imperativo singular expresso na forma indicativa apresenta frequência crescente ao longo dos anos analisados. Na década de 50, como já explicitamos no item 4.1, fica clara a associação com o pronome *tu*. É interessante notarmos que a percentagem de 4% de uso da forma variante nesta década cai para 0 na década seguinte, ou seja, nas histórias da década de 60 não ocorre variação. Especulamos que a não variação se deva ao fato de que todas as histórias são traduzidas e de que o monitoramento dos tradutores impede o uso da forma que difere daquela que a GT prescreve.

A década de 70 apresenta apenas 3 ocorrências na forma variante, em histórias brasileiras. Esta é a década na qual aumenta a produção nacional e mesmo as histórias sendo originalmente brasileiras, o uso da forma subjuntiva é quase categórico. Isso mostra que nessa década o fator *histórias traduzidas ou nacionais* tem pouquíssima influência na escolha da forma variante.

As duas próximas décadas, 80 e 90, mostram um crescimento na frequência de uso da forma indicativa. De 13% nos anos 80, o uso da forma variante “salta” para 46% na década seguinte, que é considerada a melhor fase da produção nacional dos quadrinhos Disney. Essa percentagem demonstra que os autores

nacionais utilizam a forma indicativa em quase 50% das ocorrências de imperativo, desenhando-se uma “luta” igual entre as duas variantes.

Nos últimos quatro anos, essa frequência cai 7%. O fator extralingüístico que pode estar influenciando esse resultado é o fato de que histórias estrangeiras voltaram a constituir as revistas publicadas no Brasil (a partir de 2001), ou seja, a linguagem escrita das histórias traduzidas sofre um maior monitoramento por parte do tradutor, fazendo com que este use mais a forma dita padrão. Além disso, muitas dessas histórias são republicações, refletindo dessa forma a linguagem de décadas anteriores, influenciando os resultados apresentados.

5.2.2 Polaridade da estrutura:

Os resultados desta variável apresentam a estrutura afirmativa como a grande favorecedora da forma variante.

Tabela 6 - O uso da forma indicativa em função da polaridade da estrutura

Variável / % no corpus	Nº de ocorrências/Total	Frequência	Peso relativo
Afirmativa (90,7%)	349/2239	15,6%	0,524
Negativa (9,3%)	18/229	7,8%	0,280
TOTAL	367/2468	15%	

As estruturas afirmativas somam 90,7% do total das ocorrências. De acordo com os resultados apresentados na tabela 6, a polaridade afirmativa é favorecedora da variante indicativa. Das 2239 ocorrências afirmativas, 15,6% apresentam-se na forma indicativa. Isso indica que a forma indicativa vem ganhando terreno na manifestação do imperativo afirmativo. Os exemplos abaixo, com o verbo *tirar*, demonstram a variação no imperativo afirmativo:

(3) ZC, 2120, 1999, p.50



(4) ZC, 2120, 1999, p.58



O imperativo negativo, conforme a GT, é formado pelo subjuntivo presente antecedido pela partícula de negação *não*. Entretanto, os dados nos mostram que, embora em menor frequência, a variação também tem atingido a polaridade negativa. Das 229 ocorrências, 18 apresentam-se na forma indicativa. Um dos motivos pelos quais a forma indicativa é desfavorecida no imperativo negativo é de natureza sintática, pois haveria a possibilidade de preenchimento do sujeito, descaracterizando a oração imperativa e dando a ela uma interpretação de estrutura do modo indicativo, conforme o exemplo (6): (Ele/ela/João...) Não fala besteira!

(5) MK, 608, 1999, p. 24



(6) ZC, 2120, 1999, p. 18



Analisando-se a evolução da variação nas estruturas afirmativas e negativas, os dados nos apresentam os seguintes resultados:

Tabela 7 – Frequência de uso da forma indicativa em função da polaridade da estrutura no decorrer do tempo

	50 n° de ocorrências/ %	60 n° de ocorrências/ %	70 n° de ocorrências/ %	80 n° de ocorrências/ %	90 n° de ocorrências/ %	2000 – 2003 n° de ocorrências/ %
Afirmativa	13/433 3%	0/313	3/315 1%	39/344 11%	199/527 38%	95/307 31%
Negativa	0/48 0%	0/48	0/27 0%	1/32 3%	9/35 26%	8/39 21%
TOTAL	13/481 3%	0/361	3/342 1%	40/376 11%	208/562 37%	103/346 30%

Como já foi relatado acima, a década de 60 não apresenta variação na expressão do modo imperativo. Nas demais décadas, percebe-se a evolução no processo de variação. Quanto às estruturas afirmativas, a frequência da forma indicativa é de 3% nos anos 50, cai para 1% na década de 70 e continua num crescente de 11% na década de 80, 38% na década de 90 e volta a diminuir no último período analisado.

As estruturas de polaridade negativa começam a apresentar variação nos anos 80. Atinge 26% das ocorrências da década de 90 e cai para 21% nos anos de 2000 a 2003. Nossos dados contrariam a afirmação de Faraco (1982) de que a forma negada seria a primeira a variar, transferindo a variação à forma afirmativa, através de uma *especialização pragmática*, pois a frequência de uso da variante indicativa é maior nas afirmativas do que nas negativas. Dessa forma, o imperativo afirmativo tende a variar mais do que o negativo.

5.2.3 Conjugação verbal

Os verbos de 1ª conjugação são os mais abundantes na língua e os de maior quantidade também em nosso *corpus*. Dos verbos que se apresentaram na forma variante, 65 são de 1ª conjugação, enquanto os de 2ª conjugação somam 14 e os de 3ª apenas 8 (cf. anexo 1).

Na tabela 8, podemos visualizar que os verbos de 3ª conjugação aparecem como os maiores favorecedores da forma indicativa, seguidos pelos verbos de 1ª conjugação. Acreditamos que a grande quantidade dos verbos *ir* e *vir* (41 das 60 ocorrências) na forma variante (*vai*, *vem*) tenham influenciado esse resultado. Os verbos de 2ª conjugação são desfavorecedores da forma indicativa, embora apresentem 7,3% das ocorrências na forma variante.

Tabela 8 - O uso da forma indicativa do imperativo em função da conjugação verbal

Variável / % no corpus	Nº de ocorrências/Total	Frequência	Peso relativo
3ª conjugação (14,4%)	60/357	16,9%	0,618

1ª conjugação (67,4%)	275/1662	16,6%	0,521
2ª conjugação (18,2%)	32/449	7,3%	0,331
TOTAL	367/2468	15%	

Os exemplos (7), (8) e (9) apresentam verbos de 1ª, 2ª e 3ª conjugações nas formas indicativas. No exemplo (7), observamos o verbo *entrar* na forma indicativa; o exemplo (8) apresenta verbos das três conjugações: *avisar* na forma indicativa, *correr* e *ver* nas formas indicativa e subjuntiva, respectivamente; e *ir* na forma indicativa; e o exemplo (9) apresenta o verbo *abrir* na forma indicativa.

(7) MK, 608, 1999, p. 23



(8) MK, 516, 1992, p. 3



(9) MK, 548, 1995, p. 20



Os trabalhos já citados no capítulo 2, com exceção de Borges (2004), apresentam os verbos de 1ª conjugação como os maiores favorecedores da forma indicativa, com uma diferença significativa em relação aos verbos de 2ª e 3ª conjugações, fato que não se observa em nossos dados.

Diacronicamente, a conjugação verbal apresenta a seguinte influência na escolha da variante indicativa:

Tabela 9 – Frequência de uso da forma indicativa em função da conjugação verbal no decorrer do tempo

	50 nº de ocorrências/ %	60 nº de ocorrências/ %	70 nº de ocorrências/ %	80 nº de ocorrências/ %	90 nº de ocorrências/ %	2000 – 2003 nº de ocorrências/ %
3ª conjugação	3/74 4%	0/41	0/65 0%	7/44 16%	33/80 41%	17/53 32%
1ª conjugação	4/283 1%	0/255	3/212 1%	30/263 11%	160/415 39%	78/234 33%
2ª conjugação	6/124 5%	0/65	0/65 0%	3/69 4%	15/67 22%	8/59 14%
TOTAL	13/481 3%	0/361	3/342 1%	40/376 11%	208/562 37%	103/346 30%

Na década de 50, surpreendentemente, os verbos de 2ª conjugação foram os que mais favoreceram a forma variante. Entretanto, não podemos

considerar esses resultados como significativos devido ao pequeno número de ocorrências. Na década de 70, a variação só acontece com verbos de 1ª conjugação e são apenas 3 as ocorrências.

A variação aumenta nos três últimos períodos. Nas décadas de 80 e 90 temos maior freqüência de uso da forma indicativa com os verbos de 3ª conjugação, 16% e 41%, respectivamente. Os verbos de 1ª conjugação concorrem com os de 3ª no favorecimento da forma variante e os de 2ª conjugação a desfavorecem, embora apresentem um percentual bastante significativo de variação (22%) na década de 90.

No último período analisado, os verbos de 1ª e 3ª conjugações apresentam uma percentagem de variação quase idêntica, 32% para a 3ª conjugação e 33% para a 1ª. O uso da forma variante indicativa diminui nas três conjugações.

Podemos concluir, a partir desses resultados, que as conjugações que tendem a favorecer a forma indicativa são a 1ª e a 3ª conjugações e que a década de 90 apresenta a maior freqüência de variação.

5.2.4 Presença ou ausência de pronomes (tipo, posição e pessoa):

Esta variável foi estabelecida a fim de averiguarmos se a presença, a posição e o tipo do pronome influenciam na escolha entre uma das variantes. Vejamos na tabela abaixo os resultados encontrados:

Tabela 10 - O uso da forma indicativa do imperativo em função da forma do pronome

Variável / % no corpus	Nº de ocorrências/Total	Frequência	Peso relativo
Pronome reto posposto (0,5%)	10/13	76,9%	0,951
Pronome oblíquo de 3ª p. anteposto (3,3%)	5/82	6%	0,594
Pronome oblíquo de 1ª p. anteposto (2,8%)	12/70	17,1%	0,563
Ausência de pronome (82,9%)	338/2045	16,6%	0,561
Pronome oblíquo de 1ª posposto (4,1%)	1/103	0,9%	0,122
Pronome oblíquo de 3ª p. posposto (6,3%)	1/155	0,6%	0,075
TOTAL	367/2468	15%	

Segundo Scherre (2000, 2003), pronome do caso reto depois do verbo favorece quase categoricamente (0.96) o imperativo na forma indicativa. O mesmo resultado se evidencia em nossos dados, 76,9% das estruturas com a forma reta posposta apresentam-se na forma indicativa. Vejamos os exemplos (10) e (11), com os verbos *deixar* e *trazer* na forma indicativa, seguidos dos pronomes retos *eu* e *ele*, respectivamente:

(10) ZC, 2239, 2003, p. 27



(11) MK, 516, 1992, p. 4



Os pronomes oblíquos de 1^a e 3^a pessoas (*me, nos, os, se, lhe*), depois do verbo, favorecem categoricamente a forma subjuntiva do imperativo nos estudos de Scherre. Essa afirmação é confirmada na presente análise, pois há apenas 2 entre 258 ocorrências com clíticos pospostos na forma indicativa (cf. ex. 12 e 13).

(12) PD, 1, 1950, p. 29



(13) PD, 1, 1950, p. 27



O uso do pronome *se* posposto ao verbo favorece categoricamente a forma subjuntiva, pois assegura a leitura imperativa. Se a forma indicativa fosse usada permitiria o preenchimento da posição de sujeito, dando à frase uma interpretação de estrutura reflexiva. Porém, o *se* anteposto licencia o uso da forma indicativa.

Em nossos dados, os pronomes oblíquos antepostos ao verbo, de 1ª (*me*) e 3ª (*se*) pessoas, e a ausência de pronome apresentam peso relativo próximo à neutralidade. Entretanto, na comparação com os pesos relativos dos pronomes pospostos, temos a posição antecedente dos pronomes como grande favorecedora da forma indicativa. O pronome oblíquo de 3ª pessoa apareceu em maior quantidade que o de 1ª pessoa no total dos dados, porém, estes aparecem em maior número associados à forma variante indicativa do que aqueles. Os exemplos (14) e (15) apresentam os pronomes *me* e *se* antepostos, favorecendo a forma indicativa nos verbos *ajudar* e *mandar*.

(14) ZC, 1808, 1987, p. 40



(15) ZC, 1687, 1984, p. 19



O exemplo (16) apresenta o verbo *cuidar* sem acompanhamento de pronome como favorecedor da forma indicativa:

(16) MK, 548, 1995, p. 48



Na tabela abaixo, observamos o comportamento do modo imperativo quando da presença ou ausência de pronomes complementos década a década:

Tabela 11 - Frequência de uso da forma indicativa do imperativo em função da forma de pronome complemento no decorrer do tempo

	50 nº de ocor./ %	60 nº de ocor./ %	70 nº de ocor./ %	80 nº de ocor./ %	90 nº de ocor./ %	2000 – 2003 nº de ocor./ %
Pron. reto posposto	0/0 0%	0/0	0/1 0%	½ 50%	6/7 86%	3/3 100%
Pron. oblíquo de 3ª p. anteposto	0/19 0%	0/28	0/9 0%	1/10 10%	4/8 50%	0/8 0%
Pron. oblíquo de 1ª p. anteposto	0/1 0%	0/5	1/8 12%	3/23 13%	5/27 19%	3/6 50%
Ausência de pron.	11/368 3%	0/242	2/295 1%	35/326 11%	193/501 39%	97/313 31%
Pron. oblíquo de 1ª p. posposto	1/39 3%	0/37	0/14 0%	0/4 0%	0/5 0%	0/4 0%
Pron. oblíquo de 3ª p. posposto	1/54 2%	0/49	0/15 0%	0/11 0%	0/14 0%	0/12 0%
TOTAL	13/481 3%	0/361	3/342 1%	40/376 11%	208/562 37%	103/346 30%

Das 13 ocorrências de imperativo associadas à forma indicativa, na década de 50, 11 delas apresentam a ausência de clíticos como favorecedora da forma variante indicativa. As outras duas ocorrências são as que apresentam pronomes oblíquos de 1ª e 3ª pessoas pospostos e já foram citadas nos exemplos (12) e (13).

A década de 70, conforme já constatamos nos grupos acima discutidos, apresenta somente 3 ocorrências na forma indicativa, duas delas com o verbo sem acompanhamento de pronome e uma com o pronome de 1ª pessoa anteposto (ex.: “Então *me arruma* uma ...”, ZC, 1335,1977,p.5). A utilização da forma variante indicativa é quase nula.

Apenas 11% dos dados da década de 80 apresentam a forma indicativa, o que significa dizer 40 das 376 ocorrências. Destas, 35 encontram-se em verbos desacompanhados de pronome (ex.: “... Sai que é fria!”, MG, 24, 1987, p. 9), 3 com verbos antepostos por pronome oblíquo de 1ª pessoa (ex.: “... me dá uma mão...”, ZC, 1808, 1987, p. 3) e apenas 1 com verbo acompanhado de pronome oblíquo de 3ª pessoa anteposto (ex.: “Se manda, cara!” , ZC, 1687, 1984, p. 19) e 1 com pronome reto posposto (ex.: “Deixa eu ir puxando...”, MG, 82,1989, p. 39).

Na década que apresenta o maior número de ocorrências, a de 90, temos o contexto em que o pronome reto aparece posposto ao verbo como o grande favorecedor da forma indicativa, 86% das ocorrências. O pronome oblíquo de 3ª pessoa (*se*) anteposto ao verbo favoreceu em 50% o uso da forma variante (como nos exemplos: “Se manca!”, “Se manda...”). A ausência de pronome, vem em seguida com 39%. Como este é o contexto em que ocorre a maioria das estruturas imperativas, ele apresenta 193 das 501 estruturas. O pronome oblíquo de 1ª pessoa anteposto aparece em 5 das 27 ocorrências indicativas, ou seja, 19% de freqüência

nas estruturas imperativas associadas ao indicativo. A hipótese de que os pronomes oblíquos de 1ª pessoa antecedendo o verbo tenderiam a favorecer a forma indicativa mais do que os pronomes oblíquos de 3ª pessoa, conforme atestam outros estudos, não se confirma nos dados aqui analisados.

Nas ocorrências provenientes das revistas publicadas nos últimos quatro anos, a variação com as formas imperativas acompanhadas de pronomes diminui. Apenas 33 das 346 ocorrências têm acompanhamento de pronomes. Destas somente 6 associam-se à forma indicativa, 3 com o pronome oblíquo de 1ª pessoa anteposto (ex.: "... me deixa dormir...", PD, 2279, 2003, p. 7) e 3 com pronome reto posposto (ex.: "Deixa eu ver a lista", MK, 666, 2002, p. 15). Das outras 313 ocorrências sem pronome adjungido, 31% ou 97 estruturas, apresentam-se na forma variante indicativa.

É relevante observarmos a baixa frequência de variação no uso da forma imperativa associada a pronomes oblíquos pospostos, de acordo com nossos dados. Na década de 50, são apenas 2 ocorrências. Não ocorre variação na década seguinte. A década de 70 apresenta apenas 1 ocorrência com pronome oblíquo de 1ª pessoa anteposto. Nas décadas de 80 e 90 não ocorre variação com os pronomes oblíquos pospostos e no último período analisado, a variação está presente nas estruturas com pronome oblíquo de 1ª pessoa anteposto e com pronome reto posposto, sendo apenas 6 ocorrências. Esses resultados demonstram que a forma imperativa tende a sofrer maior variação quando está associada ao pronome reto posposto, aos oblíquos de 3ª e 1ª pessoas antepostos e quando está desacompanhada de pronomes.

5.2.5 Origem das histórias:

No capítulo anterior justificamos a importância do controle dessa variável. Vejamos, agora, o que os resultados nos apresentam:

Tabela 12 - O uso da forma indicativa em função da origem das histórias

Variável / % no corpus	Nº de ocorrências/Total	Frequência	Peso relativo
Brasileiras (26,7%)	241/660	36,5%	0,746
Estrangeiras(73,3%)	126/1808	7%	0,403
TOTAL	367/2468	15%	

Nos exemplares analisados, as histórias das décadas de 50 e 60 são todas estrangeiras. Na década de 70, quando a produção brasileira aumenta, as histórias estrangeiras ainda são a maioria, 68% delas. No último período analisado (2000 a 2003), aumenta o número de histórias traduzidas em virtude de a Editora Abril cancelar a produção nacional em 2001. Nesse período, somente as revistas do Zé Carioca e poucas histórias da revista do Mickey são brasileiras. As décadas de 80 e 90 apresentam um número maior de histórias brasileiras, fato que faz aumentar o uso da forma variante.

Dessa forma, as histórias escritas por autores brasileiros favorecem o uso da forma indicativa. Esse resultado confirma a nossa hipótese de que a linguagem do autor nacional apresenta a forma variante de tal forma internalizada que faz uso dela mesmo na escrita, sem que isso seja sentido como “desvio” da norma.

Merece destaque o fato de que as histórias do Zé Carioca são as que apresentam a maior frequência de uso da forma indicativa. Acreditamos que isso acontece porque o autor procura refletir a fala típica do brasileiro retratado nas histórias, moradores do subúrbio, Vila Xurupita, e representantes de uma classe

socioeconômica desfavorecida. A análise feita por Borges (2004) também apresenta a preferência dos autores de quadrinhos brasileiros pela forma variante. Os exemplos abaixo mostram a flexão do verbo *dizer* no modo imperativo, primeiramente em uma história estrangeira e depois numa história brasileira:

(17) MK, 497, 1991, p. 48



(18) ZC, 2244, 2003, p. 6



Analisando esse fator década a década, temos os seguintes números:

Tabela 13 – Frequência de uso da forma indicativa em função da origem das histórias no decorrer do tempo

	50 n° de ocorrências/ %	60 n° de ocorrências/ %	70 n° de ocorrências/ %	80 n° de ocorrências/ %	90 n° de ocorrências/ %	2000 – 2003 n° de ocorrências/ %
Brasileiras	0/0 0%	0/0	3/109 3%	20/122 16%	145/291 50%	73/138 53%
Estrangeiras	13/481 3%	0/361	0/233 0%	20/254 8%	63/271 23%	30/208 14%
TOTAL	13/481 3%	0/361	3/342 1%	40/376 11%	208/562 37%	103/346 30%

Os resultados acima confirmam nossa hipótese de que a origem das histórias influencia no uso da forma variante indicativa. Na década de 50, são 3% as ocorrências na forma indicativa, entretanto, devemos lembrar que a associação se faz com o pronome *tu*, buscando-se correspondência com o que a gramática tradicional prescreve, ou seja, a 2ª pessoa singular do imperativo advém do indicativo sem o –s final.

A partir da década de 70, o uso da forma variante nas histórias, tanto estrangeiras como nas brasileiras, progride gradativamente. Porém, as histórias brasileiras apresentam o dobro de frequência de uso da forma indicativa do que as histórias traduzidas, nas décadas de 80 e 90.

No último período, embora haja a republicação de algumas histórias e a tradução de outras, prevalece a maior frequência de uso da forma indicativa nas histórias brasileiras, com uma diferença de 39 pontos percentuais em relação às estrangeiras (53% nas histórias brasileiras e 14% nas estrangeiras).

5.2.6 Período de tempo

Optamos por fazer uma pesquisa de cunho diacrônico para verificar uma de nossas hipóteses: “o uso da forma variante indicativa está aumentando no decorrer do tempo, seja na linguagem falada, seja na escrita.” A tabela abaixo apresenta os números que confirmam nossa hipótese.

Tabela 14 - O uso da forma indicativa do imperativo em função do período de tempo

Variável / % no corpus	Nº de ocorrências/Total	Frequência	Peso relativo
Década de 90 (23%)	208/562	37%	0,867
De 2000 a 2003 (14%)	103/346	30%	0,852
Década de 80 (15%)	40/376	11%	0,578
Década de 50 (19%)	13/481	3%	0,448
Década de 70 (14%)	3/342	1%	0,085
Década de 60 (15%)	0/361	0%	0
TOTAL	367/2468	15%	

Nas três primeiras décadas o uso da forma subjuntiva é quase categórico. São 13 ocorrências na década de 50, relacionadas ao pronome *tu*, e 3 na década de 70. Nos dados da década de 60 não acontece variação. A partir do momento em que aumenta o número de histórias brasileiras, o uso da forma indicativa começa a crescer gradativamente: 11% na década de 80, 37% na “década de ouro” dos quadrinhos Disney no Brasil e volta a cair no último período, devido ao retorno de histórias traduzidas.

O quadro (4) mostra as variáveis selecionadas como relevantes na produção da variante indicativa em cada década. Os resultados desse quadro foram obtidos por meio de rodadas separadas realizadas década a década.

Quadro 4 – Variáveis mais significativas na produção da forma indicativa no decorrer do tempo

	Variáveis mais significativas	Peso relativo
Década de 50	Número da 2ª pessoa verbal	Singular: 0,594 Plural: invariável (S)
Década de 60	NÃO HOUVE VARIAÇÃO	
Década de 70	Presença ou ausência de pronomes (tipo, posição e pessoa)	Pron. reto posposto: não consta Pron. de 3ª p. anteposto: invariável (S) Pron. de 1ª p. anteposto: 0,884 (1/8)

		Pron.de 1 ^a p. posposto: invariável (S) Pron. de 3 ^a p. posposto: invariável (S) Ausência de pronome: 0,425 (2/295)
Década de 80	Número da 2 ^a pessoa verbal	Singular: 0,616 Plural: invariável
	Conjugação verbal	3 ^a : 0,700 1 ^a : 0,527 2 ^a : 0,278
	Origem das histórias	Brasileiras: 0,637 Estrangeiras: 0,433
Década de 90	Número da 2 ^a pessoa verbal	Singular: 0,719 Plural: invariável (S)
	Polaridade da estrutura	Afirmativa: 0,515 Negativa: 0,286
	Conjugação verbal	3 ^a : 0,598 1 ^a : 0,512 2 ^a : 0,314
	Presença ou ausência de clíticos (tipo, posição e pessoa dos pronomes)	Pron. reto posposto: 0,972 Pron. de 3 ^a p. anteposto: 0,853 Ausência de pronome: 0,506 Pron. de 1 ^a p. anteposto: 0,338 Pron.de 1 ^a p. posposto: invariável (S) Pron. de 3 ^a p. posposto: invariável (S)
	Origem das histórias	Brasileiras: 0,657 Estrangeiras: 0,332
De 2000 a 2003	Número da 2 ^a pessoa verbal	Singular: 0,704 Plural: invariável (S)
	Conjugação verbal	3 ^a : 0,611 1 ^a : 0,555 2 ^a : 0,218
	Origem das histórias	Brasileiras: 0,745 Estrangeiras: 0,329

O grupo *número da pessoa verbal* foi selecionado em quatro dos seis períodos de tempo analisados (50, 80, 90 e 2000-2003) e apresenta o singular como condicionador no uso da forma indicativa. Na década de 70, somente o grupo *presença/ausência de pronomes* foi considerado como significativo, entretanto devemos considerar que esta década apresenta somente 3 ocorrências na forma indicativa, 2 em verbos sem pronome adjungido e 1 com verbo acompanhado de pronome de 1^a pessoa anteposto.

O grupo *conjugação verbal* foi selecionado nos três últimos períodos e apresenta a 3ª conjugação como favorecedora da forma variante. A 1ª conjugação situa-se próximo ao nível de neutralidade e a 2ª desfavorece o uso da forma não-padrão.

Como supúnhamos, o grupo *origem das histórias* é bastante significativo. Nas décadas de 80 e 90 e de 2000 a 2003, as histórias escritas por autores nacionais tendem a favorecer a forma indicativa. O aumento no uso da forma variante nesse período deve-se, em grande parte, ao fato de que histórias redigidas por autores brasileiros apresentam uma linguagem mais espontânea e menos monitorada pelas regras da gramática normativa, isto é, a forma variante faz parte da gramática internalizada do escritor, que a utiliza na fala e também na escrita.

Na década de 90, o grupo *polaridade da estrutura* também foi selecionado. Temos a forma afirmativa como favorecedora do imperativo associado ao indicativo, entretanto o uso de estruturas negativas associadas à forma indicativa também cresceu. Esses números nos fazem supor que a variação inicia-se no imperativo afirmativo e estende-se ao imperativo negativo, contrariando a tese de Faraco (1982), já citada no item 4.2.2.

Concluimos que os fatores lingüísticos *número da pessoa verbal*, *polaridade da estrutura*, *ausência/presença de pronomes* e *conjugação verbal* são significativos na escolha pela forma indicativa. O fator extralingüístico *origem das histórias* demonstrou ser muito relevante na freqüência de uso da forma variante indicativa.

5.3 VARIÁVEIS NÃO SELECIONADAS:

Os grupos 3 e 5 não foram selecionados pelo programa VARBRUL como relevantes na escolha da forma variante, pois as frequências de uso e os pesos relativos⁸ de cada fator são semelhantes. Isto quer dizer que não há indícios de que um dos fatores seja mais condicionador da forma variante do que outro. Vejamos os números:

5.3.1 Paradigma verbal

Os verbos regulares são a maioria no *corpus* analisado, entretanto a percentagem de associação destes e dos verbos irregulares com a forma variante é semelhante. Dessa forma, não podemos afirmar que os verbos regulares favorecem a forma indicativa e os irregulares a desfavorecem, pois a diferença entre os pesos relativos dos dois fatores é muito pequena. Os estudos de Scherre, apontam que os verbos regulares (de oposição menos marcada e vogal precedente [+aberta]), como *olhar*, *falar* e *esperar*, e os verbos irregulares (de oposição menos marcada), como *dar*, *ir*, *sair*, *vir*, *pôr*, favorecem a forma indicativa. Esses verbos são muito usados nos dados coletados, isto se reflete na semelhança dos resultados alcançados.

Tabela 15 - O uso da forma indicativa em função do paradigma verbal

Variável / % no corpus	Nº de ocorrências/Total	Frequência	Peso relativo
Verbos regulares (71,8%)	277/1772	15,7%	0,516
Verbos irregulares (28,2%)	90/696	12,9%	0,460
TOTAL	367/2468	15%	

⁸ Os pesos relativos apresentados nas tabelas 15 e 17 foram extraídos do nível 1 da análise progressiva step-up.

Os exemplos (19) e (20) apresentam os verbos *olhar* e *vir*, respectivamente, na forma indicativa. Estes verbos são apontados como favorecedores da forma indicativa (cf. citação acima). Estuda-se a possibilidade de que a forma *olha* esteja cristalizada e funcionando como um marcador discursivo, não tendo uma conotação imperativa.

(19) MK, 433, 1986, p. 24



(20) PD, 1550, 1981, p. 9



Os números apresentados década a década confirmam o resultado acima, ou seja, em todos os períodos de tempo analisados, a frequência de uso da forma indicativa com verbos regulares e irregulares é semelhante.

Tabela 16 – Frequência de uso da forma indicativa em função do paradigma verbal no decorrer do tempo

	50 n° de ocorrências/ %	60 n° de ocorrências/ %	70 n° de ocorrências/ %	80 n° de ocorrências/ %	90 n° de ocorrências/ %	2000 – 2003 n° de ocorrências/ %
Verbos regulares	7/313 2%	0/270	3/223 1%	30/282 11%	159/428 37%	78/256 30%
Verbos irregulares	6/168 4%	0/91	0/119 0%	10/94 10%	49/134 37%	25/90 28%
TOTAL	13/481 3%	0/361	3/342 1%	40/376 11%	208/562 37%	103/346 30%

5.3.2 Morfologia da forma verbal

Da mesma forma que no estudo de Abreu (2003), analisando a linguagem escrita das obras de Jorge Amado, esta variável não apresentou um comportamento claro, ficando os pesos relativos próximos ao ponto neutro e com uma diferença insignificante entre eles. Também devemos considerar que as locuções verbais são apenas 7% das ocorrências.

Tabela 17 - O uso da forma indicativa em função da morfologia da forma verbal

Variável / % no corpus	N° de ocorrências/Total	Frequência	Peso relativo
Simplex (93%)	344/2295	15%	0,502
Locução verbal (7%)	23/173	13,2%	0,467
TOTAL	367/2468	15%	

O exemplo (21) apresenta os verbos *vir* (forma subjuntiva) e *sumir* (forma indicativa), confirmando a variação com a forma simples do verbo. O exemplo

(22) mostra a locução verbal formada pela flexão do verbo *vir* na forma indicativa acompanhada do infinitivo do verbo *ver*.

(21) PD, 2190, 2000, p. 8



(22) ZC, 2120, 1999, p. 21



A tabela 18 nos mostra a freqüência de uso da forma variante associada a uma das formas – simples ou locução verbal – em que o verbo se apresenta década a década. É interessante ressaltarmos que, embora as locuções verbais sejam minoria, nos dois últimos períodos de tempo, a percentagem de uso

destas com a forma indicativa é superior a dos verbos em forma simples. Acreditamos que esses números sejam resultado da grande associação dos verbos *ir* e *vir*, em locuções verbais, com a forma indicativa nas últimas décadas.

Tabela 18 – Frequência de uso da forma indicativa em função da morfologia da forma verbal no decorrer do tempo

	50 n° de ocorrências/ %	60 n° de ocorrências/ %	70 n° de ocorrências/ %	80 n° de ocorrências/ %	90 n° de ocorrências/ %	2000 – 2003 n° de ocorrências/ %
Simplex	12/433 3%	0/337	3/314 1%	40/358 11%	195/528 37%	94/325 29%
Locução verbal	1/48 2%	0/24	0/28 0%	0/18 0%	13/34 38%	9/21 43%
TOTAL	13/481 3%	0/361	3/342 1%	40/376 11%	208/562 37%	103/346 30%

5.4 PARALELISMO FORMAL

Os estudos já citados (Scherre, Borges, Sampaio) têm atestado que, quando o primeiro verbo se apresenta na forma padrão (ou variante), o verbo seguinte segue a tendência, ou seja, subjuntivo *segue* subjuntivo, indicativo *segue* indicativo. Na tabela abaixo, os números demonstram a máxima “*marcas levam a marcas e zeros levam a zeros*”, pois a tendência é de a segunda forma seguir a forma precedente.

Tabela 19 - Condicionamento da forma precedente

Variável / % no corpus	N° de ocorrências
Subjuntivo- subjuntivo (86,6%)	181
Indicativo – indicativo (9,6%)	20
Subjuntivo – indicativo (1,4%)	3
Indicativo – subjuntivo (2,4%)	5
TOTAL	209

Em nossos dados, de 209 séries de imperativo, apenas 8 (3,8%) contradizem a máxima citada, enquanto 96,2% (201) a confirmam. Dessa forma, a teoria de Faraco que afirma que o locutor utiliza as formas “padrão-variante” (subjuntiva-indicativa) ou “variante-padrão” (indicativa-subjuntiva) para reforçar uma ordem quando esta não foi atendida, não pode ser confirmada em nossos números. Vejamos os exemplos:

(23) subjuntivo-subjuntivo: *desça e dê*

MK, 583, 1998, p. 21



(24) indicativo-indicativo: *larga e corre*

ZC, 2120, 1998, p. 9



(25) subjuntivo-indicativo: *vá catar e vai*

ZC, 2120, 1999, p. 25



(26) indicativo-subjuntivo: *não liga e reúna*

ZC, 2029, 1995, p.43



Além dos estudos de língua falada aqui expostos (Alves, Sampaio, Jesus, Scherre), os estudos de linguagem escrita (Abreu, Borges, Scherre) confirmam que o modo imperativo não possui mais as formas morfológicas próprias de expressão, mas que os modos subjuntivo e indicativo as tem substituído.

Os resultados aqui apresentados nos mostram que essa variação é determinada por fatores lingüísticos e extralingüísticos que condicionam a produção

da forma indicativa ou da forma subjuntiva na expressão do imperativo. Em nossa análise, ficou clara a importância da restrição de natureza sintática que impede o uso da forma indicativa, no imperativo plural, no verbo acompanhado do clítico *se* posposto e no imperativo negativo, pois, se esta forma fosse usada, permitiria o preenchimento da posição de sujeito, tornando a estrutura com significado indicativo e não imperativo.

Os fatores extralingüísticos, *período de tempo e origem das histórias*, foram importantíssimos para determinarmos a evolução do processo de implementação da forma indicativa no processo de variação, respondendo à nossa pergunta diacrônica, e para compreendermos que a linguagem sofre influência de fatores culturais e sociais.

A partir da descrição feita acima, podemos afirmar que o processo de variação do modo imperativo está progredindo em direção a uma mudança lingüística, na qual a variante indicativa poderá se estabelecer como forma própria para expressar a modalidade imperativa. Esse processo pode estar fazendo parte de outro maior: o não-uso do modo subjuntivo, ou seja, a substituição da morfologia subjuntiva pela morfologia indicativa (Santos, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Extraído de Santos (2002)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo constatar que o modo imperativo apresenta variação em sua realização. Se na fala isso é perceptível, a escrita vem corroborar a tese de que esse modo verbal está inserido num processo de mudança lingüística.

Desde o imperativo latino e perpetuando-se nas gramáticas normativas, que são instrumentos dos professores de Língua Portuguesa em suas aulas, as duas formas próprias desse modo correspondiam aos pronomes *tu* e *vós*, ou seja, as segundas pessoas gramaticais do singular e do plural, respectivamente. Porém, com o advento da forma de tratamento *você*, adquirindo status de pronome de 2ª pessoa do discurso, a forma verbal imperativa foi suprida pelo presente do subjuntivo, já que este concorda com *você*. Os exemplos abaixo mostram que a mudança no sistema pronominal acarretou mudanças na formação do imperativo, isto é, as formas de 2ª pessoa que concordavam com *tu* passaram a concordar com *você*:

- “*Ouve! Tu és...*” (PD, 1,1950, p.27)
 “*Ouça o que ...*” (MK, 339, 1981, p. 15);
- “*... Escuta com toda atenção!*” (PD, 1, 1950, p.27)
 “*Escute aqui...*” (MK, 608, 1999, p. 4);
- “*Bate na porta ... e faz com que ele...*” (PD,1, 1950, p.27): com as formas correspondentes *bata* e *faça*, respectivamente;
- “*...Desaparece! Tu não és...*” (PD, 1, 1950, p. 30): forma subjuntiva correspondente - *desapareça*.

Conforme afirma Faraco (1982), a forma básica para a expressão do imperativo no PB, onde o uso de *ocê* é quase categórico, seria o par formado pelo presente do subjuntivo, como: *cante/não cante, faça/não faça e saia/não saia*. Entretanto, além do par tradicionalmente encontrado nas gramáticas e “ensinado” nas escolas e do par formado pelo subjuntivo, os estudiosos da linguagem observaram um terceiro par que está cada vez mais sendo utilizado. Para exemplificar, usando os mesmos verbos: *canta/não canta, faz/não faz e sai/não sai*. Esse terceiro par apresenta a forma indicativa tanto para o imperativo afirmativo quanto para o imperativo negativo. Para Faraco este par é imperativo, para Câmara Jr. e Scherre, entre outros, esse par corresponde ao indicativo.

Neste trabalho nos propusemos investigar a associação do modo imperativo às formas indicativa e subjuntiva na escrita das histórias em quadrinhos, a fim de verificarmos qual das duas formas tem sido mais usada na linguagem dialogada destes textos. Também foi nosso objetivo observar a possibilidade de mudança em curso e quais os fatores internos e externos à estrutura lingüística a estariam conduzindo. Dessa forma, nortearam esta pesquisa hipóteses que foram sendo confirmadas ou refutadas ao longo da análise, conforme expomos abaixo.

Nossa primeira constatação foi que as ocorrências da década de 50, apenas 13, ainda apresentavam uma relação direta do imperativo com o pronome *tu*. Porém, temos que considerar que todas as ocorrências fazem parte de uma única história e são falas da sua personagem principal, o Lobão. As demais personagens dessa história utilizam a forma subjuntiva de expressão do imperativo, o que acontece também em todas as outras histórias dessa década.

Na década de 60, não houve variação, ou seja, todas as ocorrências de imperativo associavam-se à forma subjuntiva. Isso não prova que a forma

indicativa inexistia nessa sincronia, pois devemos considerar que todas as histórias que constituíam as revistas analisadas (O Pato Donald) são traduzidas, estando subordinadas às regras da GT. Como a linguagem escrita é mais conservadora, a forma indicativa poderia estar sendo desprezada por ser considerada, para a época, um desvio.

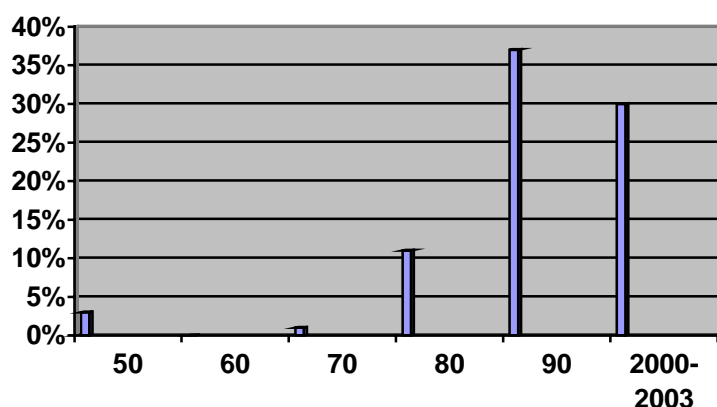
A década de 70 apresentou somente 3 ocorrências de imperativo associadas ao indicativo. Esse número corresponde a apenas 1% da amostra. Nas revistas da Turma da Mônica dessa década, analisadas por Scherre (2003), a percentagem foi de 7%. Essa comparação nos prova a relevância de considerarmos como fator importante no condicionamento da forma variante a origem das histórias. No corpus por nós analisado, a maioria das histórias desse período ainda são estrangeiras.

Observamos um crescimento na frequência de uso da forma indicativa nas duas décadas seguintes, com 11% nos anos 80 e 37% nos anos 90. O aumento da produção de histórias nacionais foi um dos fatores que influenciou nesse crescimento. Novamente, comparando ao estudo de Scherre, com os quadrinhos de Maurício de Sousa, percebemos uma diferença de 20% a mais no uso da forma variante nestes últimos, o que corrobora a diferença na manifestação do imperativo num texto traduzido e num escrito por autor nacional.

O último período analisado apresentou uma queda de 7% em relação à década anterior. Porém, há um motivo externo que deve ser considerado. A partir de 2001, a Editora Abril encerrou a produção nacional, passando a republicar histórias antigas e a importar e traduzir histórias de outros estúdios da Disney pelo mundo. Esse fato mascara o resultado de 30% de uso, pois a linguagem não é a utilizada nesse período mas a de períodos antecedentes.

Mesmo sendo a linguagem escrita mais conservadora, diminuindo a velocidade das mudanças lingüísticas, e apesar do fator extralingüístico *origem das histórias* ter influenciado consideravelmente nos resultados de uso da forma variante, o gráfico abaixo mostra a evolução da forma indicativa na expressão do imperativo no PB, segundo a amostra das histórias em quadrinhos:

Gráfico 1 – Evolução da forma indicativa na expressão do imperativo nas HQs



Os resultados obtidos e já explicitados acima confirmam as hipóteses levantadas inicialmente: - na quase totalidade das ocorrências, a associação se realiza com os modos indicativo e subjuntivo e não com os pronomes *tu* e *vós*; - o uso da forma indicativa está aumentando década a década, delineando um processo de mudança em curso, que se mostra na escrita, em estágio intermediário, mas que na fala provavelmente está mais adiantado; e – o fator *histórias traduzidas* e *histórias nacionais* influencia na opção pela forma padrão ou não-padrão, respectivamente.

Dos fatores lingüísticos analisados foram selecionados, como relevantes no condicionamento da forma indicativa, o número da pessoa verbal, a

presença/ausência de pronome (tipo, posição e pessoa), a polaridade da estrutura e a conjugação verbal.

Considerando a influência desses fatores, podemos concluir, a partir dessa mostra de linguagem escrita, que:

- o imperativo singular favorece a forma indicativa;
- o imperativo plural é invariável por motivo de natureza sintática, pois, se a forma variante fosse usada, permitiria o preenchimento do sujeito, descaracterizando a estrutura imperativa;
- a polaridade afirmativa favorece a forma indicativa enquanto a negativa a desfavorece. Entretanto, a variação também ocorre com as estruturas negativas, mesmo em baixa frequência;
- os verbos de 3^a e 1^a conjugações são os que mais favorecem a forma variante;
- pronome reto posposto ao verbo favorece quase categoricamente a forma indicativa;
- pronomes oblíquos de 1^a e 3^a pessoas antepostos favorecem a forma variante;
- a forma precedente condiciona a forma seguinte, ou seja, subjuntivo – subjuntivo, indicativo-indicativo.

Acreditamos ter atingido os objetivos propostos e salientamos que outras análises merecem ser feitas em estudos futuros. Fatores que não foram aqui abordados, como: número de sílabas do verbo no infinitivo, natureza da vogal precedente [+ ou – aberta], contexto fonológico posterior, oposição [+ ou – marcada] nos verbos irregulares e regulares, grupo semântico (ordem, pedido, súplica...),

processo de discursivização dos verbos *olhar*, *ver* e *deixar* devem ser avaliados a fim de verificarmos se eles têm condicionado ou não o uso da forma variante.

Por fim, uma afirmação preliminar podemos fazer: O modo imperativo no PB, seja na fala ou na escrita, não apresenta mais suas marcas próprias, mas está sendo substituído pelos modos subjuntivo e indicativo, sendo que este último luta em pé de igualdade com o primeiro que é considerado a forma padrão.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. S. P. de. *Estudo da variação do modo imperativo em obras de Jorge Amado*. Brasília:UnB, Instituto de Letras, 2003. (Inédito).

ALVES, G. C. *Aspectos do uso do imperativo na linguagem oral do pessoense*. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba. Dissertação de Mestrado, 2001. (Inédito).

ANIBAL, R. Os quadrinhos no Brasil: uma luta interminável.(matéria on-line). Acesso em: 31/10/2004.

BAGNO, M. *Português ou Brasileiro?: um convite à pesquisa*. 3.ed. São Paulo: Parábola, 2002 a.

_____ (org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002b.

BARBOSA, A.; LOPES, C.(orgs) *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do séc. XIX: cartas de leitores e cartas de redatores. (no prelo)* Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed.(rev. e amp.) Rio de Janeiro:Lucerna, 2000.

BOLÉO, M. de P. Tempos e modos em português: contribuição para o estudo da sintaxe e da estilística do verbo. *Boletim de Filologia*. n.3, fasc. 1, p.15-36, 1934.

BORGES, P. *Formas verbais imperativas em tiras de jornais paulistas*. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. Dissertação de Mestrado, 2004. (Inédito).

CÂMARA JR., J. M. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

CASTILHO, A. T. de. Variação dialetal e ensino institucionalizado da Língua Portuguesa. In: Bagno, M. (Org.) *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 27-36.

CHAGAS, P. A mudança lingüística. In: FIORIN, J. L. (org.). *Introdução à Lingüística: objetos teóricos*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003, p.141-163.

COUTINHO, I. L. *Pontos de gramática histórica*. 6.ed.(rev.) Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

CUESTA, P.V; LUZ, M. A. M. da. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições 70, 1971.

CUNHA, C.; CINTRA L. L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

FARACO, C. A. *The imperative sentence in Portuguese: a semantic and historical discussion*. University of Salford, 1982. Tese de Doutorado. (Inédito).

_____. Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil. *D.E.L.T.A.*, v.2, n.1, p. 01-15, 1986.

_____. *Lingüística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *O tratamento você em português: uma abordagem histórica*. Fragmenta. Curitiba, n.13, p.51-82, 1996.

_____. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: Bagno, M. (org.) *Lingüística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p.37-61.

FARACO & MOURA. *Gramática escolar*. São Paulo: Ática, 2001.

FARIA, E. *Gramática superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

_____. *Gramática da Língua Latina*. 2.ed. rev. e aum. Brasília: FAE, 1995.

GUEDES, M.; BERLINCK, R.A. (Orgs). *E os preços eram commodos... anúncios de jornais brasileiros século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.

ILARI et al. *Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise*. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de; BASÍLIO, Margarida (Orgs.). *Gramática do Português Falado*. Campinas:Ed.da Unicamp/São Paulo:FAPESP, 1996. v.4, p.79-166.

INFANTE, U. *Curso de gramática aplicada aos textos*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1995.

JESUS, É. T. de; OLIVEIRA, H. R. de. *Pesquisa sobre a formação do imperativo no português do Brasil: fala e escrita*. Brasília:UnB, Instituto de Letras, 1995.(Inédito).

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University Pennsylvania Press, 1972.

MATEUS, M. H. M. et al.(Org.) *Gramática da Língua Portuguesa*. 5.ed. (rev. e aum.) Lisboa: Caminho, 2003.

MATTOS e SILVA, R. V. Variação, mudança e norma: movimentos no interior do Português Brasileiro. In: CARDOSO, S. A. M. (Org.) *Diversidade lingüística e ensino*. Salvador: EDUFBA, 1996.

MAURER JR., T. H. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MENON et al. Alternância nós/a gente nos quadrinhos: análise em tempo real. In: RONCARATI & ABRAÇADO (orgs.). *Português Brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

MENON, O. P. da S. *O imperativo no Português do Brasil*. 1984. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 1984.

MENON, O. P. da S.; LOREGIAN-PENKAL, L. Variação no indivíduo e na comunidade: *tu/você* no sul do Brasil. In: VANDERSEN, P. (org.) *Variação e mudança no português falado na região sul*. Pelotas: EDUCAT, 2002, pp. 147-217.

MOLLICA, M. C. ; BRAGA, M. L. (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

PERINI, M. *A Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 1996.

PINTZUK, S. *VARBRUL Programs*. 1988.

RAMONE, M. HQs Disney no Brasil: criadores e criaturas I e II. *Universo HQ*, 01/07/2004. Disponível em:< www.universohq.com.br/quadrinhos/matérias> Acesso em: 24/10/2004.

_____. Os 70 anos do Pato Donald. *Universo HQ*, 12/03/2004. Disponível em:< www.universohq.com.br/quadrinhos/matérias> Acesso em: 24/10/2004.

_____. Zé carioca: uma aventura editorial no Brasil. *Universo HQ*, 2003. Disponível em:< www.universohq.com.br/quadrinhos/matérias> Acesso em: 24/10/2004.

SAMPAIO, D. A. *Modo imperativo: sua manifestação/expressão no português contemporâneo*. Salvador, Universidade Federal da Bahia. Dissertação de Mestrado, 2001. (Inédito).

SANTOS, R. E. dos. *Para reler os quadrinhos Disney: linguagem, evolução e análise de HQs*. São Paulo: Paulinas, 2002.

SANTOS, S. A. da S. *Uso versus não-uso do subjuntivo no português brasileiro: orações substantivas e adverbiais*. Universidade Estadual de Londrina. Dissertação de Mestrado, 1998. (Inédito).

SCHERRE, M. M. P.; FREITAS, V. A. de L.; JESUS, É. T. de; OLIVEIRA, H. R.; DIAS, J. G. : *Phonic parallelism: evidence from the imperative in Brazilian Portuguese*. In: (eds.) PARADIS, Claude; Vincent, Diane; Deshaies, Denise; Laforest, Marty. *Papers in Sociolinguistics. N.WAVE-26 à l'Université Laval (Québec)*: Nota Bene, 1998, pp. 63-72.

_____. FREITAS, V. A. de L.; JESUS, É. T. de; OLIVEIRA, H. R.; DIAS, J. G. . *Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português*

do Brasil. CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN,2 e INSTITUTO LINGÜÍSTICO, 14. Florianópolis, Taciro – Produção de Cds Multimídia, 2000, pp.1333-1347 (Publicação em CD).

_____; NARO, A. J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: MOLLICA & BRAGA (orgs). *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 147-177.

_____. A norma do imperativo e o imperativo da norma - Uma reflexão sociolingüística sobre o conceito de erro. In: BAGNO, M. (org.) *Lingüística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 217-265.

_____. *Norma e uso - o imperativo no Português Brasileiro*. Colóquio Internacional: O Português do Brasil – perspectivas da pesquisa atual. Centro Latinoamericano e Instituto de Filologia Românica da Universidade de Münster, Alemanha, 2003 (Inédito)

SMANIOTTO, G. C. *O uso do modo imperativo na fala de crianças em fase de aquisição da linguagem*. Londrina:UEL, 2003 a. (Inédito).

SMANIOTTO, G. C. *A expressão variável do imperativo em textos jornalísticos do século XIX*. Londrina:UEL, 2003 b. (Inédito).

STRAVOU, C. Portuguese pronouns and command forms. *Hispanic*, 1973, p. 92-93.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolingüística*. 7.ed. São Paulo: Ática, 2002.

TERRA, E.; NICOLA, J. de. *Gramática & literatura para o 2º grau*. São Paulo: Scipione, 1993.

VERGUEIRO, W. Arte seqüencial: ... E o Brasil descobriu os quadrinhos! *Núcleo de Pesquisas em Histórias em Quadrinhos da Universidade de São Paulo*. Acesso em: 31/10/2004.

ANEXOS

ANEXO 1

QUADRO 5 – Levantamento dos verbos que se apresentaram na forma indicativa segundo a conjugação

1ª conjugação		2ª conjugação	3ª conjugação
CHUPAR	PRESTAR	BATER	OUVIR
OLHAR	FICAR	FAZER	IR
ESCUTAR	MOSTRAR	OBEDECER	SAIR
ANDAR	RETIRAR	DESAPARECER	CAIR
PEGAR	SEGURAR	VER	VIR
ARRUMAR	INVENTAR	ESQUECER	ABRIR
FALAR	PINTAR	CORRER	SUBIR
DEIXAR	COLOCAR	TRAZER	SUMIR
BOTAR	FORÇAR	DIZER	
ESPERAR	JOGAR	PÔR	
TOMAR	PULAR	COMER	
DESCULPAR	ENTREGAR	ESCLARECER	
MANDAR	ENXERGAR	LER	
GRITAR	PENDURAR	DEVOLVER	
DAR	EXAGERAR		
PASSAR	DESOCUPAR		
AJUDAR	ALUGAR		
ENTRAR	ESQUENTAR		
SENTAR	PEGAR		
CUIDAR	PROVAR		
PARAR	ASSINAR		
VOLTAR	ENSINAR		
AVISAR	CRIAR		
ACORDAR	EXPULSAR		
CORTAR	LIGAR		
MANDAR	DEPENAR		
MANCAR	ESTRESSAR		
AGÜENTAR	RELAXAR		
SOLTAR	EXPLICAR		
EMPRESTAR	ARREBENTAR		
DESENCANAR	PISAR		
PAGAR	ABAIXAR		
CONTINUAR			
TOTAL	65	14	8

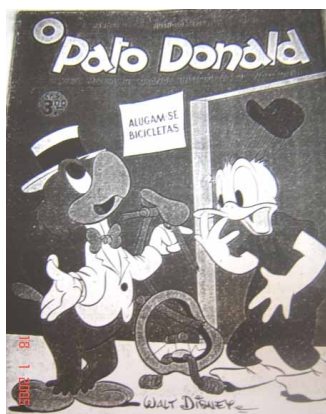
ANEXO 2

OS QUADRINHOS DISNEY NO BRASIL

No decorrer do texto apresentado fizemos alusão a características históricas da produção dos quadrinhos Disney no Brasil. Nesta resenha, apresentaremos o resultado da pesquisa de Roberto Elísio dos Santos que se concretizou no livro *Para reler os quadrinhos Disney: linguagem, evolução e análise de HQs*. Acreditamos que o conhecimento da trajetória dos quadrinhos Disney no Brasil seja importante para entendermos sob que influências sociais e culturais as histórias foram produzidas.

Abordaremos as conclusões do terceiro capítulo do livro, intitulado *Disney made in Brazil*, que é dedicado exclusivamente à produção brasileira de quadrinhos Disney, iniciada em 1950. O primeiro personagem Disney a ser conhecido no Brasil foi Mickey, em tiras que não possuíam balões de fala, sendo o texto escrito no rodapé da vinheta, publicadas nas páginas de “O Tico-Tico”, revista de quadrinhos pioneira no Brasil. O suplemento “A Gazetinha” também passou a publicar as tiras de Mickey, que ganharam periodicidade no “Suplemento Juvenil”, a partir de 1934.

Com a fundação da EBAL (Editora Brasil-América), em 1945, novas perspectivas se abriram para os quadrinhos Disney. Esta empresa passou a publicar revistas periódicas compostas apenas de quadrinhos Disney: foram 13 dos 17 números da revista “Seleções Coloridas” (de 1946 a 1948), 8 números de a “Nova Coleção Walt Disney” (no final da década de 40) e 6 das 12 edições da “Coleção Encantada” (em 1955). Somente a partir de julho de 1950, com a primeira edição da revista “O Pato Donald” (foto abaixo), os quadrinhos Disney passaram a ser publicados periodicamente.



Seus 21 primeiros números, de publicação mensal, apresentavam formato *magazine* com os primeiros cadernos impressos em cores e o miolo em preto e branco. As histórias eram serializadas de maneira a fazer o leitor adquirir o próximo número. Em abril de 1952, sua periodicidade passou a ser semanal e o formatinho *digest* passou a ser utilizado.

Em janeiro de 1961, a partir do número 479 de “O Pato Donald”, começou a circular, quinzenalmente, a revista “Zé Carioca” que dividia a numeração com aquela revista, ficando com os números ímpares. Este personagem, da mesma forma que o galo mexicano Panchito, o pássaro Aracuan e outros personagens, foi criado a fim de cumprir uma função política durante a Segunda Guerra Mundial: os norte-americanos buscavam ganhar a simpatia dos países da América Latina e fazer aliança com estes para afastá-los da influência nazi-fascista. Apesar de sua criação ser norteadada por interesses geopolíticos, econômicos e culturais, houve preocupação dos Estúdios Disney em utilizar no personagem características reais dos brasileiros. Dessa forma, o papagaio brasileiro foi caracterizado como um tipo falastrão, afetuoso, simpático e hospitaleiro já em sua estréia no filme “Você já foi à Bahia?” Estas características foram mantidas nas tiras e histórias para comic-books e acrescidas de elementos culturais e sociais do país. Nos quadrinhos, o papagaio torna-se o malandro, morador do morro/subúrbio, onde participa das atividades de seus habitantes (comer feijoada, jogar e assistir a partidas de futebol e participar de

escola de samba), possui uma ojeriza ao trabalho e os golpes que aplica são para propiciar-lhe ócio e felicidade momentâneos, repudia obrigações impostas pela sociedade, como o casamento, apesar de ser apaixonado por Rosinha que pertence à classe social alta.

A trajetória do personagem nos quadrinhos pode ser dividida em quatro fases:

- Fase americana (década de 40): das páginas dominicais e das narrativas feitas para os *comic-books*. Os enredos abordam tentativas do personagem para subir na vida sem fazer esforço, usando só lábia e perspicácia. Tratam, também de suas conquistas amorosas, como a bela Rosinha. São escritas por artistas americanos.
- Fase de transição (início da década de 50): Zé Carioca reaparece nas histórias elaboradas pelo argentino Luis Destuet para a revista portenha “El Pato Donald” e para as revistas editadas pela Abril. Inicialmente, Zé Carioca é coadjuvante nas aventuras protagonizadas por Donald e seus sobrinhos.
- Fase de adaptação (final da década de 50): as histórias do personagem são adaptadas à realidade brasileira, ou seja, elementos típicos da cultura nacional são introjetados nas histórias em que contracenam outros personagens Disney. Esta característica estende-se à década seguinte. Nesta fase as histórias são ilustradas por Jorge Kato e Waldyr Igrayara.
- Fase de Assimilação (a partir de 1971): fase iniciada por Renato Canini, na qual o papagaio está imerso na realidade brasileira e tem exacerbadas suas principais características: preguiça, aversão ao trabalho e malandragem. Nesta etapa, eventos típicos da cultura brasileira, como carnaval, festas juninas e partidas de futebol, são inseridos nas histórias. No final da década de 70 e início da década de 80, Herrero e Miyaura criaram a Anacozeca (Associação Nacional dos

Cobrades do Zé Carioca), tal qual o personagem e que não pagava suas dívidas era a situação do país em relação à dívida externa.

Acreditamos que, assim como as demais características da cultura brasileira, a linguagem utilizada pelo brasileiro em cada fase também esteja refletida nas histórias, pois é nas narrativas do Zé Carioca que a forma variante indicativa mais aparece.

Seguiram estas publicações outros títulos, como “Tio Patinhas” (em dezembro de 1963), “Almanaque Disney” (em dezembro de 1970) e “Disney Especial” (lançado em julho de 1972), em que são compiladas histórias antigas. Em julho de 1986, chegou às bancas uma revista própria para Margarida, a eficiente, moderna, confiante e destemida namorada de Donald, e foi publicada até fevereiro de 1997, totalizando 257 números.

A história dos quadrinhos Disney no Brasil “começou com um pato”, como afirmou Victor Civita, empresário da Editora Abril, em alusão ao primeiro título Disney de sua editora. Civita formou uma sociedade com seu amigo Gordiano Rossi e com a colaboração de Jerônimo Monteiro, conseguiu traduzir e adaptar os quadrinhos americanos para o mercado brasileiro. Em seguida, o argentino Luis Destuet foi convidado a ensinar artistas brasileiros a criar quadrinhos com personagens Disney e foi o primeiro quadrinhista a criar histórias no país. Iniciou sua colaboração desenhando a capa do primeiro número de “O Pato Donald” no Brasil e foi autor de várias histórias com Donald e seus sobrinhos e algumas protagonizadas por Zé Carioca.

A partir do final da década de 50, com a crescente popularidade dos quadrinhos Disney no Brasil, tornou-se insuficiente o material enviado dos EUA, então, Victor Civita decidiu iniciar a produção de narrativas feitas integralmente no

país. Fizeram parte da equipe do Estúdio Disney da Editora Abril vários e importantes artistas, entre roteiristas e desenhistas que chegaram a exportar material para o mundo todo. Neste texto citaremos apenas seus nomes, mas no já referido livro poderão ser encontradas a época em que atuaram, sua formação e os trabalhos desenvolvidos por eles: Álvaro de Moya, Jayme Cortez, Jorge Kato, Waldyr Igayara, Renato Vinícius Canini, Carlos Edgar Herrero, Ivan Saidenberg, Primaggio Mantovi, Moacir Rodrigues Soares, Rubens Cordeiro, Júlio de Andrade Filho, Gerson Borlotti Teixeira, Marcia Bolognesi, Irineu Soares Rodrigues, Verci Rodrigues de Mello, Luiz Podavin, Roberto Fukue, Euclides Kiyoto Miyaura, Eli Marcos León, Acácio Ramos, Fernando Bonini, Haroldo Guimarães Neto, Gustavo Machado, Paulo Borges, entre outros.

Na década de 70, o Departamento de HQs Disney da Abril tornou-se o segundo maior produtor do mundo, perdendo só pra a Itália. Embora os originais das histórias devessem ser entregues ao estúdio americano, a obra brasileira era respeitada e considerada uma produção espontânea muito competente e diferenciada da produção fria dos americanos e nórdicos, devido ao seu teor humorístico. A exemplo dos artistas franceses e italianos, os brasileiros também incorporaram novos personagens ao universo Disney: Morcego Verde, Zico e Zeca (sobrinhos do Zé Carioca), Biquinho (sobrinho de Peninha), os Zorrinhos e os Metralhinhas (sobrinhos de Donald e dos Irmãos Metralha, respectivamente), Os adolescentes (Pata Lee, Parceiro, Olímpia, Netúnia e Folião), Boinifácio (primo de Clarabela), entre outros.

Santos (2002) conclui afirmando que o produto norte-americano foi sendo amoldado aos códigos específicos da cultura brasileira e que a obra artística adquire as condições da época de sua elaboração, o que corrobora nossa hipótese de que a

linguagem retratada nas histórias reflete a linguagem utilizada pelo brasileiro em cada período de tempo analisado.

Atualmente, as revistas com quadrinhos Disney vêm perdendo leitores, o que obrigou a Editora Abril a diminuir a produção a partir de 1997, dispensando a maior parte de seus artistas e a encerrar diversas publicações em 2001, mantendo apenas as edições quinzenais de “Pato Donald”, “Zé Carioca”, “Mickey” e a mensal “Tio Patinhas”, que apresentam republicações e histórias traduzidas.